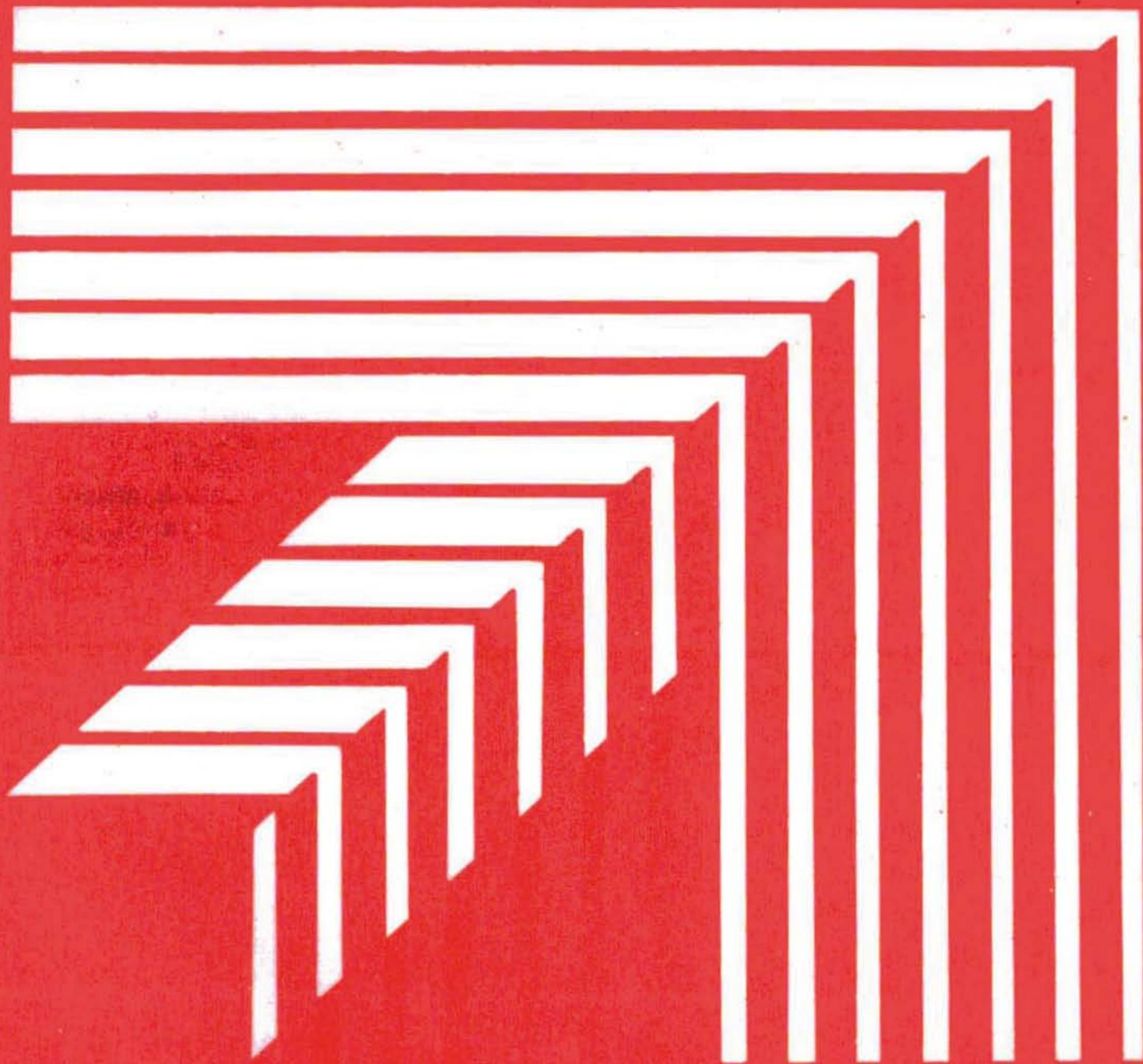


convergência

ABR — 1987 — ANO XXII — Nº 201



- **DAMASCO: REFERENCIAL MAIOR DA ORAÇÃO DE PAULO**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 149
- **FAÇO VOTO A DEUS TODO-PODEROSO**
Pe. Francisco Taborda, SJ — página 157
- **EVANGELHO, ENCARNAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**
Frei Neylor J. Tonin, OFM — página 173

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Atico Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ

Assinaturas para 1987

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea Cz\$ 230,00

Exterior: marítima..... US\$ 38,00

aérea US\$ 48,00

Número avulso Cz\$ 23,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Uma seta como símbolo. A semiologia é o estudo dos sistemas não verbais com a finalidade de complementar a comunicação verbal, escrita ou falada, e/ou exercê-la de modo independente. Está voltada, sobretudo, para os signos da cultura. O signo é um objeto material chamado significante e que não inte-

ressa por suas propriedades materiais mas como algo a que corresponde um investimento semântico, o significado. Das relações entre significante e significado, assim entendidos, sobleva uma variedade fundamental de signo, o símbolo, que opera por contigüidade instituída entre ambos, não obstante a recíproca heterogeneidade. Um dos significados culturais do signo-símbolo de nossa capa é este: seta é o que anda com rapidez. Setas é o que mostra direção. A partir desta perspectiva semiológica, CONVERGÊNCIA quer poder ser, em 1987, como nos anos anteriores, uma parte significativa do múltiplo sistema verbal escrito de comunicação da Conferência dos Religiosos do Brasil e, como sua linguagem simbólica, irreduzível, portanto, à materialidade do significante, ajudar na escolha da direção e da velocidade da Vida Religiosa daqueles que vivem e trabalham na Igreja do Brasil. CONVERGÊNCIA, como SETA, quer desfazer dúvidas. Orientar. Confirmar opções. Dar segurança. Fazer avançar. Acelerar na marcha. Apressar o futuro. Permanecer firme, a despeito da movimentação envolvente ao redor. Deus abençoe e confirme nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	129
INFORME DA CRB	131
QUAL É O NOSSO DEUS? Pe. Nicolau Maši, SX	141
DAMASCO: REFERENCIAL MAIOR DA ORAÇÃO DE PAULO Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	149
FAÇO VOTO A DEUS TODO-PODEROSO. ELEMENTOS PARA UMA TEOLOGIA DOS VOTOS E DA VIDA RELIGIOSA Pe. Francisco Taborda, SJ	157
EVANGELHO, ENCARNAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. OU COMPROMETIDOS COM O REINO E PAIXÃO PROFÉTICA Frei Neylor J. Tonin, OFM	173
O SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO Padres Passionistas	183

EDITORIAL

Cristo ressuscitou! Aleluia! É o grito de intensa alegria que hoje irrompe da fé em nosso Deus Salvador. Cristo vive. Foi-nos dada a Vida. O Cristo nos libertou.

Deus não se conforma com a morte, com nenhuma situação que gere morte. Quer a vida. Não é Deus dos mortos. É o Deus da vida. Dessa vida que transparecia nos gestos e passos, nas palavras e olhares de Jesus de Nazaré. A Ele o povo sequiosamente acorria, porque Nele captava a presença atuante da benignidade de nosso Deus e Pai. Ele é a Palavra última, definitivamente dada. Plenamente realizada. Palavra de vida que leveda a história humana. Semeada em muitos roçados, germinou. Cresceu. Sua força vital transformou corações, implodiu estruturas. Explodiu o próprio sepulcro quando o Cristo, apesar de roto e pisado, feito verme crucificado, foi lançado à terra.

Ressuscitou! Essa é a Palavra do Pai. Esse o dom que nos faz em Cristo Ressuscitado.

Mas a irrupção pascal da vida plena, já acontecida em Cristo, nem sempre encontra o bom terreno para sua floração em nossa história, na história de cada um e na de cada povo. Quando enfim, a pétrea frieza de corações e estruturas, fundada na malig-

nidade da injustiça, explodirá para deixar transparecer a altura e a profundidade, a largura e comprimento do amor de Deus e de sua justiça para conosco, manifestos na benignidade de Nosso Senhor e Salvador Jesus? Quando enfim, se verá alvorecer e fazer-se forte o dia que o Senhor fez para brilhar sobre seu povo? Dia pascal em que o Sol da Justiça irradiará vida nova para um povo que ainda carrega o peso das trevas do aviltamento, da miséria e opressão! Virá a Constituinte colaborar efetivamente para a gestação desse novo dia sobre nossa terra?

O povo então, poderá cantar em paz e alegremente:

“O Cristo ressuscitou, aleluia!

“Com Ele, também nós. Amém! Aleluia!”

CONVERGÊNCIA a todos deseja FELIZ PASCOA!

E apresenta a seus leitores:

“QUAL É O NOSSO DEUS?”, de Pe. Nicolau Masi, SX. A partir de uma pergunta provocadora — “Foi Deus que criou o homem ou foi o homem que criou Deus?” — Pe. Nicolau elabora uma pertinente reflexão sobre a imagem de Deus. Detém-se apenas nos “traços mais salientes que mostram a fisionomia verdadeira e definitiva deste Deus”.

Deus da vida, plena e definitiva, revelada em Cristo Ressuscitado.

“FAÇO VOTOS A DEUS TODO-PODEROSO: elementos para uma teologia dos votos e da Vida Religiosa”, de Pe. Francisco Tabor da, SJ. Trata-se de “um convite a repensar a teologia tradicional dos votos, já que desde as páginas da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino talvez não se tenha dito muito de novo sobre o assunto”.

“EVANGELHO, ENCARNAÇÃO E TRANSPARÊNCIA ou COMPROMETIDOS COM O REINO E PAIXÃO PROFÉTICA”, de Frei Neylor J. Tonin, OFM. É o texto de palestra proferida na Assembléia Regional da CRB Rio de Janeiro, em outubro de 1986, quando Frei Neylor deixou o cargo de Presidente Regional desta CRB. A partir do refrão escolhido para a Assembléia, “Comprometidos com o Reino e Paixão Profética”, o autor centra suas reflexões sobre a pessoa de Cristo e a gratuidade de seu Reino. Aos Religiosos congregados em Assembléia lembra: “Nós queremos estar do lado de Cristo, apaixonadamente, comprometidos com seu Reino, mas, antes disso, Deus quis estar do nosso lado, encarnando-se em nossa realidade e nos oferecendo um Evangelho de Libertação e Alegria, que deve ser vivido, com temor e tremor, na transparência”.

“O SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO”, de Pe. Pedro Lain, CP e Confrades que analisam, num primeiro momento, o sentido bíblico do seguimento de Jesus Cristo, e num segundo momento, elaboram uma re-leitura da história da fundação e do carisma do Instituto a que pertencem, a Congregação da Paixão de Jesus Cristo, fundada por São Paulo da Cruz. Num terceiro passo, avaliam a resposta a ser dada, no aqui e agora da América Latina, à intuição carismática do Fundador.

“DAMASCO: REFERENCIAL MAIOR DA ORAÇÃO DE PAULO”, de Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ. Pe. Marcello oferece aos leitores de CONVERGÊNCIA uma série de artigos sobre a ORAÇÃO. A série abre-se com essas reflexões em torno da prática da oração vivida por Paulo a partir do evento de Damasco, referencial da virada de sua vida. “Paulo não nos deixou métodos nem tratados sobre a oração... Existe, contudo, uma experiência fundante que ilumina todo o conjunto. Ela volta muitas vezes à consciência do Apóstolo. Filtra-se em passagens diversas de suas cartas, no início, como mais adiante em sua vida. Este evento liminar é Damasco, ponto de partida e de constante referência...”.

Pe. Atico Fassini, MS

A alma dos vivos é feita, sobretudo, do pensamento dos mortos.

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

O CETESP N.º XX

Depois de um semestre sem atividade curricular, por causa da avaliação dos Cursos realizados até aqui, realizou-se a XX CETESP, no período de 04 de agosto a 08 de dezembro de 1986.

A marca histórica deste XX esteve em que, com os 48 cursistas que o iniciaram, atingimos e ultrapassamos a casa dos mil religiosos e religiosas que foram participando dos já vinte CETESPs organizados. Um fato também a destacar, foi a presença de Irmã Maria Eunice de Oliveira, Clarissa Franciscana, como nova diretora do Curso, ajudando ao Pe. Paulo Lisboa.

Como foi aludido acima, iniciaram esta nova experiência de renovação de vida religiosa, 48 religiosos: 35 Irmãs, 10 Sacerdotes e 03 Irmãos leigos. Eram procedentes de 18 Estados do Brasil, onde ultimamente trabalhavam. De outros países vieram: 03 do Paraguai, 01 do Equador e 01 de Moçambique. Caso singular, os 48 não chegaram até o fim: duas religiosas tiveram que interromper o Curso por questões de cansaço.

Das avaliações periódicas e especialmente da última que abrangeu todo o Curso, e também de nossas observações particulares, podemos constatar que este XX CETESP foi assumido com

muito interesse e boa vontade por parte dos cursistas. Foi sentido por eles mesmos um clima de muita liberdade, o que proporcionou uma responsabilidade frente a toda a programação apresentada.

Os conteúdos teóricos, muito bem preparados e expostos por professores já nossos amigos, alguns novos e entusiasmados leigos, firmaram a linha opcional de nossas últimas Assembléias Gerais. Estes eram complementados e internalizados na reflexão e oração pessoal. Parece ser por isso que a expressão mais forte e repetida muitas vezes na avaliação final para expressar o que foi este CETESP, foi por nós captada assim: "momento eficaz da graça de Deus".

Este sentimento foi selado ao longo dos 08 dias de Retiro final, caracterizado pela intensidade e profundidade de uma busca pessoal de síntese de todos os 04 meses.

O resultado, mesmo contando com pequenos limites e percalços de um Curso que questiona para uma autêntica conversão, aparece como altamente positivo. Percebemos um sentimento geral de ação de graças, de compromisso renovado e de muita alegria na missa final de encerramento.

A Coordenação acredita que pode se unir a esta constatação e assim co-

mungar com os Cetepistas do XX, na gratidão à Santíssima Trindade.

Pe. Paulo Lisboa, SJ
Irmã Ma. Eunice de Oliveira,
CFMSS

CERNE XXXIII

Os participantes do CERNE XXXIII, em Brusque/SC, foram 58. Eram 50 Irmãs, 4 Padres e 4 Irmãos, pertencentes a 49 Institutos Religiosos e provenientes de 16 Estados do Brasil e um do Paraguai.

O grupo era bastante homogêneo, especialmente no tocante às motivações para fazer o CERNE. Em sua grande maioria, os participantes vieram motivados e dispostos a realizar uma Renovação Espiritual de sua caminhada de Vida Religiosa; daí o decorrente empenho e aplicação em todas as atividades, vivências e desafios propostos pela programação do CERNE. Em consequência disso, tornou-se um grupo leve para orientar e conduzir, porque sedento de coerência e dócil face às propostas que o CERNE apresenta. A colaboração com os coordenadores foi notória do início ao final. Houve muita sintonia entre coordenação e participantes o que possibilitou maior serenidade para um trabalho pessoal a nível mais profundo.

Mais uma vez estavam presentes pessoas sofridas mas desejosas de iniciar uma caminhada que lhes possibilite uma vida diferente. Isto exigiu, por parte dos coordenadores, muita paciência para atendimentos longos e reiterados, tentando ajudar as pessoas a iniciar uma caminhada nova, fundamentada em bases mais sólidas, e perseguindo va-

lores mais centrais e nucleares para a Vida Religiosa.

Não houve lideranças negativas que comprometessem o andamento geral do grupo. Houve, sim, boas e marcantes lideranças positivas que enriqueceram e facilitaram a dinâmica grupal. Isto enriqueceu o grupo e suas vivências ao longo de toda esta sessão do CERNE.

A Casa Pe. DEHON é boa, cômoda e favorece o bom aproveitamento do tempo e a concentração. O fato de contar apenas com 40 quartos trouxe uns pequenos contratempos, mas não foi decisório porque a solicitação de, na medida do possível, alguém partilhar o quarto com um colega foi bem assimilada e aceita pelos que não tinham inconvenientes.

A CRB Regional não poupou esforços para nos atender dentro de suas reais possibilidades, pois Brusque dista duas horas de Florianópolis. Tivemos a assistência necessária, embora tenha sido um tanto difícil conseguir Orientadores de Retiro, uma vez que diversos dos previamente indicados, tinham desistido. Assim tivemos que trazer dois de S. Paulo e um de Passo Fundo/RS, para preencher o quadro. No final, tudo deu certo e os participantes ficaram bem servidos e satisfeitos.

A nota fúnebre desta sessão foi dada pela morte inesperada do Pe. Daniel N. Lindo, da Comunidade da Casa que nos acolheu durante 47 dias. Pertencia à Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e foi professor e orientador espiritual de um grupo de cernistas desta sessão. No dia 28/11, pela manhã, participou da Missa concelebrada de encerramento e dirigiu sua

palavra aos cernistas e, pela tardinha, morreu esmagado num acidente de trânsito.

Os Padres que nos acolheram, foram atenciosos ao longo de todo o curso, e não pouparam esforços para que todos os participantes pudessem dele usufruir ao máximo.

Os Coordenadores terminaram este CERNE contentes por terem dado sua colaboração a mais um grupo de Irmãos em Vida Religiosa para que eles pudessem retomar a própria opção de vida redimensionando-a e criando condições para vivê-la em maior profundidade.

Irmã Therezinha Cavichi, PGap
Ir. Alfredo Pasqual Crestani, FMS

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB: 26/11/1986

Às 14hs de 28 de novembro de 1986, na sede da CNBB, em BRASÍLIA, DF, teve início a Reunião Conjunta da Presidência da CNBB e Diretoria Nacional da CRB, a terceira nesse ano. Da parte da CNBB estavam presentes os Srs. Bispos D. Ivo Lorscheiter, Presidente, D. Benedito de Ulhoa Vieira, Vice-Presidente, D. Luciano Mendes de Almeida, SJ, Secretário Geral, D. David Picção, Responsável pela Vida Consagrada junto à CNBB, D. Antônio Celso Queiroz e D. José Martins da Silva, SDN, ambos da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB. Da parte da CRB fizeram-se presentes o Presidente, Ir-

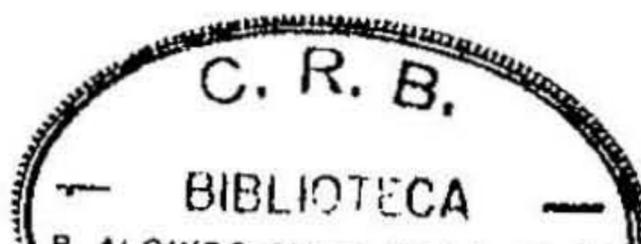
mão Claudino Falquetto, FMS, os Diretores Ir. Antônio Carlos Machado Raimalho de Azevedo, FMS, Pe. Fabio Bertoli, SJ, Irmã Hilda Rosa, FPD, Pe. João Augusto Mac Dowell, SJ, Pe. João Edênio dos Reis Valle, SVD também Vice-Presidente da CLAR, Irmã Maria Léa Ramos, FMA, Irmã Zenilda Novais Rocha, CF, e o Secretário Executivo Pe. Atico Fassini, MS.

Após a invocação ao Santo Espírito e a Nossa Senhora, D. Ivo abre os trabalhos pedindo a todos que se apresentem, uma vez que a Diretoria da CRB foi eleita há pouco tempo e nem todos se conhecem. Anuncia que em determinado momento D. Jean Vilnet, Bispo de LILLE, Presidente da Conferência Episcopal e da Comissão Mista de Bispos e Religiosos da França, estaria presente à reunião.

A Pauta da reunião prevê os seguintes itens:

1. Missionários Brasileiros em outros Países e Continentes.

Tomando a palavra, Ir. Claudino afirma que a XIV Assembléia Geral da CRB, realizada em julho passado, estabeleceu, na sua Prioridade e Linhas de Ação para a CRB, uma orientação relativa às Missões, sob o título "Ad Gentes". Lembra também que esse mesmo assunto já foi objeto de consideração nas últimas Reuniões Conjuntas entre Presidência da CNBB e Diretoria Nacional da CRB, sendo que na última reunião se lançou a idéia de se encaminhar uma sondagem junto às Congregações que estão enviando Religiosos às Missões, para que elas se manifestem quanto a um possível interesse numa preparação mais específica e intensa a ser propiciada a tais Religiosos.



Sendo o caso, a CNBB e a CRB se dispõem a tomar providências para lhes prestar ajuda neste sentido. D. Ivo reafirma essa disposição e acrescenta que tal pesquisa, com as devidas adaptações quanto ao questionário, deveria se estender também às Dioceses que enviam pessoas, inclusive leigos, às Missões. Ir. Claudino sugere então, que seja confiada ao CERIS a tarefa de elaborar, aplicar e avaliar essa pesquisa. Todos concordaram com essa proposta. Nesse momento, a convite de D. Ivo, o Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga, Assessor Jurídico da CNBB, relata a experiência que o levou a organizar o chamado PROJETO MISSIONÁRIO, com sede em NATAL, RN, que congrega Sacerdotes, Diáconos, Leigos e Leigas, bem como Religiosos e Religiosas com ideal missionário, para atender aos apelos de evangelização tanto em situações "ad gentes" quanto em serviço missionário junto ao povo pobre nas cidades e no interior do Brasil. D. Ivo pede ainda a Pe. Gervásio que proceda a um levantamento do que outras Conferências Episcopais já fizeram nesse campo da preparação e envio de Missionários. Acrescenta que o SCAI fora inicialmente organizado para atender a essa finalidade também, e pergunta o que se poderia fazer para que ele se voltasse novamente para o serviço de preparação dos que partem para as Missões. Ir. Claudino sugere que se aguarde o resultado da pesquisa, antes de se tomar alguma iniciativa, embora D. José creia que seja bom pensar logo no SCAI como órgão que poderia concentrar as iniciativas nesse sentido. Falando ainda em Missões, D. Ivo aduz o testemunho de Irmã Adylles Augusta Rossato, Superiora Geral ICM e membro da Diretoria

Nacional da CRB, que há pouco visitou suas Irmãs em Moçambique. No diálogo que a isso deu seqüência, foram lembradas também as Igrejas em Angola, Guiné-Bissau e Santo Tomé, o que levou Ir. Claudino a sugerir que a CNBB promova uma visita oficial a essas Igrejas na África. Pensando no CENFI e nos serviços que presta aos Missionários que vêm ao Brasil, Pe. Atico pede que ele abra a possibilidade de a CRB oferecer aos Religiosos e Religiosas que passam por esse curso, uma visão panorâmica ao menos, do que é, como vive e o que se propõe a Vida Religiosa em seu conjunto, no Brasil. Essa idéia foi encarecida não só pelo Presidente da CRB como também pelo Presidente da CNBB.

Nesse momento chega D. Jean Vilnet. Acolhido pelos presentes, passa a descrever a situação da Vida Religiosa na França atualmente, seu relacionamento com o Episcopado francês, suas estatísticas, preocupações e seus serviços à Igreja na França e no mundo inteiro. Conclui afirmando que o relacionamento entre Bispos e Religiosos na França é excelente, fruto da aplicação das diretrizes emanadas no Documento MUTUAE RELATIONES de cuja elaboração D. Vilnet participou.

2. MUTUAE RELATIONES: — Encontro de Bispos e Religiosos em BOGOTÁ-1986.

D. David e Pe. João Edênio, que participaram desse Encontro realizado recentemente, em BOGOTÁ, passaram a relatar sucintamente o que foi esse evento, seus objetivos e propostas. Nele, os participantes, provenientes das Américas do Sul e Central, puderam avallar a realidade nesse sentido. O

enfoque do Encontro foi centrado sobre a Vida Religiosa Apostólica na Igreja Local. As reflexões de D. Valfredo Teppe, Bispo de Ilhéus, BA, e de Pe. González Dorado, SJ, do Paraguai, trouxeram excelente contributo. Constatou-se que o Documento MUTUAE RELATIONES é muito bom e prático. Desse Encontro surgiu a pergunta de como se levar ayante o diálogo entre Bispos e Religiosos. Voltou, com isso, à mente dos participantes da Reunião Conjunta CNBB e CRB, a idéia de uma Assembléia Geral da CNBB sobre a Vida Religiosa, sua realidade e sentido para a Igreja no Brasil. Na conversação ficou clara a idéia de que tal Assembléia deveria ser prevista com grande antecedência para uma boa preparação, e que deveria ela ser precedida de Assembléias Regionais de CNBB sobre o mesmo assunto. Ir. Claudino lembra que na área da Vida Religiosa feminina, sobretudo entre as Irmãs que se dedicam ao trabalho apostólico em Paróquias, substituindo muitas vezes o Pároco, surgem questionamentos. Afirmou-se também que há necessidade de uma preparação adequada para essas Irmãs, em vista do serviço pastoral.

3. A 25ª Assembléia Geral da CNBB.

D. Luciano descreve o processo de preparação desta Assembléia, a se realizar em 1987. Será eletiva. Por isso, nela se fará uma avaliação do quadriênio que se encerra, e a preparação das diretrizes pastorais da CNBB para o novo quadriênio. Ir. Claudino comunica que foi entregue à Secretaria Geral da CNBB um texto elaborado pela Secretaria Executiva da CRB a pedido da CNBB, contendo uma avaliação do último quadriênio do ponto de vista da

CRB e de seu relacionamento com a CNBB.

4. Visão geral da CRB a partir de suas Assembléias Regionais em 1986.

Ir. Ramalho apresenta nove tópicos para uma visão panorâmica da CRB:

a) Houve crescimento da consciência da Vida Religiosa. A XIV Assembléia Geral da CRB foi bem preparada e seu tema envolveu os Religiosos. Sua Prioridade e Linhas de Ação leva a aprofundar a dimensão profética da Vida Religiosa não só a nível de pessoas, mas também a nível de Regionais da CRB, de suas Assembléias, Núcleos Diocesanos e Assessorias. Os Núcleos Diocesanos da CRB procuram tornar-se sempre mais consistentes.

b) Retomada do setor religioso: a reflexão sobre a dimensão profética da Vida Religiosa ajudou os Religiosos no seu conjunto. A Vida Religiosa feminina se sentiu mais incentivada. Constatou-se a busca de uma espiritualidade bem fundada, em resposta às exigências vividas pela Vida Religiosa hoje em nosso país, sobretudo em relação à opção pelos pobres.

c) A inserção nos meios populares é um novo modo de ser religioso. Essa forma de vida questiona a Vida Religiosa como um todo. Por ela a Vida Religiosa também adere mais ainda à Igreja Local.

d) Constata-se maior consenso entre os Religiosos quanto à nova imagem que a Vida Religiosa vai descobrindo a partir das exigências da realidade, e uma linha de pluralidade.

e) A função social dos Religiosos hoje é evidente. Alguns participam de

movimentos populares, pela causa da justiça.

f) A preocupação com a formação para a Vida Religiosa é uma constante para a CRB e para as Congregações. A formação na e para a inserção está na pauta das reflexões e buscas atuais da CRB, bem como a formação continuada ou permanente.

g) Há grupos emergentes que solicitam nova reflexão: as Religiosas enquanto Mulheres consagradas, os Irmãos, os Religiosos Negros. A eles a CRB procura dar especial atenção.

h) A Missão "ad gentes" vem crescendo na consciência dos Religiosos e Religiosas, com forte interpelação.

i) Cresce também a preocupação quanto à presença e atuação dos Religiosos nos Meios de Comunicação Social.

Depois dessa explanação de Ir. Raimundo, D. Luciano comunica que o Brasil é hoje o país que apresenta maior número de candidatos ao Sacerdócio, membros de Congregações Religiosas, em nível de filosofia e teologia. Ir. Claudino afirma que a CRB procura dar seu apoio aos Religiosos e Religiosas que vivem inseridos no meio dos pobres. D. Luciano aduz ainda a difícil situação em que se encontram as Escolas Católicas. Descreve as recentes gestões da CNBB junto aos órgãos governamentais no sentido de se encontrar uma solução não só para o momento presente de emergência, mas também em caráter definitivo, no país, por parte sobretudo das escolas particulares. Tanto D. Luciano quanto D. Ivo enfatizam o pedido de que os Religiosos que se dedicam à

educação no Brasil, não esmoreçam em seu esforço, tenham coragem para enfrentar a presente situação.

D. Ivo, por fim, lembrando que esta é a última Reunião Conjunta entre a atual Presidência da CNBB e a Diretoria Nacional da CRB, agradece a todos por sua amizade e disponibilidade. Ir. Claudino retribui os agradecimentos, desejando a todos um Feliz Natal e Feliz Ano Novo.

As 17hs, com uma oração de louvor à Trindade Santa, encerrou-se a presente Reunião Conjunta.

Brasília, 28 de novembro de 1986.

Pe. Atico Fassini, MS
Secretário ad hoc

CRB REGIONAL DO RJ: POLÍTICAS DE AÇÃO NO TRABALHO ESCOLAR

Ir. Suraya Benjamin Chaloub, FMA

A XIV AGO/CRB propôs, no campo educativo, 5 linhas de ação para operacionalizar o PROFETISMO da VR, assumido como prioridade neste triênio.

Pela exigüidade do tempo de que disponho (1), quero destacar apenas três posicionamentos ou políticas de ação, que poderão nortear objetivos variados, fixados em vista de uma **transformação de nosso trabalho escolar**, que responda ao nosso compromisso libertador de fé cristã. Deter-me-ei somente neste campo. Os três posicionamentos distintos, mas complementares, estão subjacentes às linhas de ação assumidas pela CRB.

* O 1º, entendendo a educação em sentido maior e abrangente, está

voltado especificamente para a **conscientização e organização do povo**, que luta por sua libertação, **que reivindica o pleno uso de sua cidadania**;

* o 2º ressalta **convicções básicas** na luta ampla pela escola democrática;

* e finalmente, no 3º, procurando entender **que direito à educação é negado ao nosso povo**, enfocamos o **locus real do educativo**.

1. LUTA PELA ESCOLA DEMOCRÁTICA

1.1 — POR QUE?

A realidade de nossa escola católica, em geral fechada em si, isolada da comunidade, apoiada ingenuamente em paradigmas anti-cristãos, necessitada de estabelecer internamente relações libertadoras, seja no nível administrativo, de comunicação interpessoal, como de conteúdo do saber e de prática de ensino, **não anula**, no entanto, suas **possibilidades efetivamente positivas**. Sem fazer apologia da escola, sem deixar de reconhecer-lhe os limites intrínsecos à sua natureza, não podemos, no entanto, deixar de reconhecer-lhe o **poder de penetração capilar**, que temos de, sabiamente, fazer uso.

Ainda: hoje, sabemos que o elemento transformador da sociedade é a **"consciência revolucionária"**, e não o operariado, como pensava Marx. Ora, a **"consciência revolucionária"** é trabalhada na instância do ideológico ou cultural, na qual está compreendida também a escola. Não podemos, pois, renunciar ao **"poder de questionamento"** da escola, nem de sua condição peculiar de **experiência social**.

1.2 — PROPOSTAS EM LUTA

Neste momento atual, em que o Brasil busca redefinir sua estruturação política em bases democráticas, nem todos têm o mesmo conceito de democracia e, na ordem cultural, por ex., se delineiam posições até mesmo contrárias, em relação à escola que se quer para o povo, ou ao que se entende por direito à educação. A Declaração Pastoral da CNBB "Por uma Nova Ordem Constitucional" defende:

* O direito de **todos a uma educação de qualidade**; * universalização do **ensino fundamental obrigatório e gratuito**; * **pluralismo e liberdade** no desempenho das atividades educativas pelas diferentes instâncias e grupos da sociedade e pelo Estado; * **Estado a serviço da sociedade pluralista**, livre e democrática, **excluindo-se**, portanto, a **estatização do ensino**.

Conhecer e divulgar tal proposta **dentro e através de nossas escolas**, é nosso objetivo 1º e imediato. Não se trata somente de lutar pelo atendimento dos direitos aí defendidos, mas também e sobretudo **saber aproveitar deste momento pedagógico** subjacente a esta luta política de nosso povo. Trata-se de colocar em marcha todo um processo democrático de participação popular, **viver o processo constituinte** como processo histórico denso e permanente, de extrema importância educativa.

2. CONVICÇÕES BÁSICAS

A luta pela escola democrática não pode se identificar simplesmente com a defesa de nosso direito de constituir e manter escolas; antes e sobretudo, deve ser defesa do direito do povo à

universalização do ensino fundamental gratuito.

2.1 — ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGATÓRIO E GRATUITO

Dentro da grande política do desenvolvimento social, que é meta de todos os povos, há regras mínimas sobre política educacional, que devem ser observadas, em qualquer circunstância. Entre essas está com prioridade o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, de 6 a 16 anos, quando se admite que o jovem já possa trabalhar.

Foi a universalização da educação primária que, nos países europeus ocidentais, nos Estados Unidos e no Japão (para não falar em países socialistas), propiciou a aceleração da igualdade democrática de condições de vida, no século XIX. Países que querem se libertar da opressão têm feito da **educação de base o principal investimento social.**

O Ensino Fundamental, de fato, deverá ser **obrigatório e inteiramente gratuito** por se tratar de um **serviço público essencial**, que deve ser custeado pelo imposto. O Poder Público é a única instância da sociedade capaz de levantar recursos suficientes para atender a este direito. É dever do Estado propiciar recursos necessários para que tal direito seja concretizado para todos.

Nossa Constituição já estabelece, desde 1824, a lei da **obrigatoriedade do Ensino de 1º Grau**, bem como da **liberdade dos pais de escolherem a escola para seus filhos**, o que confirmaria nosso pluralismo educacional. Pura hipocrisia liberal! Não foram determinados mecanismos necessários para garantir a efetivação destas leis: as escolas ofi-

ciais são insuficientes e as particulares estão sujeitas ao mercado capitalista. Os dados estatísticos oficiais mostram esta hipocrisia: 8 milhões de crianças fora da escola, 20 milhões de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos, 37 milhões e 200 mil analfabetos com idade igual ou superior a 7 anos (31% da população)!

2.2 — REJEIÇÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL

Ser dever do Estado criar condições de escola fundamental gratuita para todos não significa manter o monopólio estatal. **O Estado é gestor dos bens públicos**, mas não pode destinar esses bens exclusivamente à escola estatal. Os recursos são provenientes da sociedade, a ela devem retornar através de serviços e os serviços educacionais são um deles. Os recursos públicos provenientes dos impostos pagos por todo cidadão, devem beneficiar a todos que o geraram. O slogan "Dinheiro público para a escola pública" é absurdo se se refere à escola estatal porque:

* escola pública não se identifica com escola estatal. Escola pública não é a que pertence ou é gerida pelo Estado, mas aquela que serve ao ideal público, democrático; * os recursos públicos pertencem ao povo, à sociedade; não ao Estado, seu administrador.

O **serviço público educacional**, ao menos na **escola básica**, prestado, seja pelo Estado, seja por entidades particulares, **deverá sempre ser de ônus do Estado** que, evidentemente, exercerá junto com a sociedade, controle sobre o desempenho destas entidades prestadoras deste serviço. É óbvio que não tem sentido defender interesses econômicos de grupos de iniciativa privada,

que investem em educação com fins lucrativos. Reconhecemos que, nestes últimos anos, em que a tônica foi a mercantilização da sociedade, houve também uma expansão da mercantilização do ensino. Só se pode admitir **escola particular financiada pelo poder público**, quando tal escola, comprovadamente, está voltada unicamente para objetivos de interesse social — associações sem fins lucrativos e fundações.

É absurdo destinar recursos públicos para obtenção de lucros ou para aumento de patrimônios (E. Particular). Mas é igualmente absurdo destiná-lo à ineficiência educacional (E. Pública ineficiente). De fato, o **grande problema do ensino público fundamental não está somente fora da escola — falta de escolas; mas está sobretudo DENTRO dela: sua incapacidade de ensinar às camadas populares — o que é comprovado pelo alto grau de repetência e evasão.**

Queremos uma sociedade democrática. A **sociedade democrática é pluralista e o pluralismo acolhe o diferente**, respeita as características dos vários grupos sociais, inclusive das **minorias**, desde que todos sejam **capazes de produzir experiência de unidade democrática**. Nas sociedades democráticas prevalece o diálogo, o respeito às preferências confessionais e ideológicas. Daí a **rejeição do monopólio estatal na educação:**

* o monopólio estatal é negação da democracia, é desrespeito à diversidade cultural e filosófica. É negação do humanismo porque negação da liberdade.

* A espinha dorsal de qualquer humanismo é tornar possível a convivência de posições diferentes. Não se pode uniformizar a figura do cidadão brasi-

leiro, não se pode aceitar a instituição da escola única, a instituição da uniformidade ideológica — comum nos países comunistas. Temos que defender o direito de grupos e comunidades diversas organizarem escolas segundo suas próprias concepções de vida e valores; e os pais que preferirem tais escolas para seus filhos, têm o direito do acesso gratuito nelas, ao menos no ensino fundamental.

3. DIREITO DO POVO À EDUCAÇÃO

Como a Igreja, também nós religiosos estamos cada vez mais comprometidos com a causa dos pobres, do povo sedento de justiça e de libertação, lutando pelo respeito a seus direitos. Que entendemos por **direito do povo à educação**? Quem são os sujeitos do direito à educação que estamos afirmando? — São sujeitos concretos, históricos, nós o sabemos. É o povo. São as classes populares.

Que direito à educação é negado às classes populares? A negação maior é a de poder pensar, **elaborar o próprio conhecimento**. O núcleo do educativo está aqui. Que acontece no Brasil?

Ele não reflete o próprio rosto. Não estrutura o conhecimento do próprio povo. Nega-lhe a possibilidade de construir seu conhecimento a partir de sua prática social. Os intelectuais julgam que devem pensar pelo povo! Há um **movimento contra a identidade das classes populares**, de negação não só do saber intelectualizado, mas de seu próprio saber, da compreensão de sua própria realidade. Há um embrutecimento do povo!

Isso é que nos deve preocupar. Isso é que é grave. Não há uma política

que permita que o povo se eduque. Podemos até garantir escola para todos e **negar ao povo a possibilidade de estruturar seu pensamento**. O direito à educação do povo passa por aqui.

Onde se dá o processo educativo? Não passa basicamente pelo sistema escolar ou pela garantia dele. Os processos educativos transformadores não esperam entrar na sala de aula. Os processos fundamentais de educação não passam pela escola — o que **não significa negar a escola**, mas sim **conscientizar-nos de seus limites**.

Há uma pedagogia em marcha nas práticas sociais. O povo está em movimento! Está querendo saber. “Está apanhando a sua história na mão” (2). Há um vigor na sociedade brasileira! Se soubermos amarrar nosso compromisso nesse vigor, ou seja, **enxertar nossa escola nessa árvore vigorosa!**... Aí sim, nossa escola se libertará de seu fechamento. Abrir-se-á às inquietações sociais. Buscará a inter-comunicação e inter-relação. Exercerá, não somente sua função conservadora de transmitir um patrimônio cultural, mas exercerá também sua função inovadora, transformadora, em torno de uma cultura viva que é crítica da realidade histórica, do contexto atual. Trata-se, pois, de **ir à radicalidade da realidade**. O locus real do educativo está aí, na **prática social**.

Dáí se entende que a escola educa muito mais nos pátios, nas quadras, corredores, que nas cátedras e salas de aula. Faz-se mais na relação ou prática de ensino, que através do conteúdo desse ensino. **A escola é mais educativa pela experiência social** que permite, do que pela transmissão de conhecimento que desenvolve. A escola é

espaço de produção de sentimentos, de organização de produção de trabalho. **É experiência social**. E é isso que **é negado ao povo**, às classes populares.

Até mesmo nossas escolas noturnas, montadas especialmente para os mais necessitados, como são fechadas em cima de conteúdos! Como são pobres de experiência social! E o são, sobretudo, em nome de um “tempo” precioso, destinado exclusivamente a uma aprendizagem que parte de um conceito elitista de conhecimento, que não trata de criar consciência crítica nos alunos, conteúdos. E não são mais pobres porque os próprios alunos, espontaneamente, vivem entre eles a experiência social que lhes é possível neste espaço escolar.

Que sentido tem, então, para o povo, a garantia do direito à escola? Não negamos o valor da escola. Ela tem, indubitavelmente sua **positividade**, que está ligada ao conhecimento, à transmissão do saber elaborado, à percepção e interpretação do real. Mas o saber é também um fato prático, inacabado, algo resultante de uma estrutura mental em ato. Conhecimento e prática social são indissociáveis. Precisamos, pois, recuperar nossa **escola como espaço social**. Que ela não esteja mais de costas, desvinculada da sociedade, mas aí enxertada para haurir-lhe a seiva viva. Creio que com este trabalho conseguiremos criar uma escola nova, libertada e libertadora.

NOTAS

(1) Participação num painel, na Assembleia Regional da CRB/RJ, em Petrópolis/RJ, aos 06/10/86. (2) Expressão de Paulo Freire em relação ao povo nicaraguense. □

QUAL É O NOSSO DEUS?

*Javé é o diferente, que ouve, vê a aflição
do povo, desce para libertá-lo
e manda os profetas para realizar o seu projeto.
Javé está decididamente
do lado do pequeno, do injustiçado. Ele esmaga o opressor.*

Pe. Nicolau Masi, SX

Belém, PA

Introdução

Foi Deus que criou o homem ou foi o homem que criou Deus?

Os crentes afirmam que foi Deus que criou o homem; os ateus afirmam que foi o homem que inventou Deus. Eu diria que Deus e o homem são uma criatividade infinita: Deus porque é Deus e o homem porque criado à imagem e semelhança de Deus, recebeu Dele a liberdade e a capacidade do ser criador. E o homem cria, até o próprio Deus, reduzindo-o pelo menos à sua própria imagem e semelhança. Um Deus portanto, que vai servir ao interesse do próprio homem, sem mais objetividade e autonomia, sem feições próprias. Um Deus instrumentalizado, a serviço de uma ideologia. Na mata virgem desta situação nebulosa, o Deus da Bíblia teve que abrir um caminho para chegar à luz e assim mostrar, aos poucos, o seu rosto verdadeiro. Seria impossível descrever as pequenas e inúmeras pinceladas que foram dadas a este retrato em todas as páginas da Bíblia. Parare-

mos só nos traços mais salientes que mostram a fisionomia verdadeira e definitiva deste Deus. Dois momentos são indispensáveis nesta descoberta: veremos portanto, primeiro o Deus do Antigo Testamento, o Deus dos vivos; em segundo lugar refletiremos sobre o Deus do Novo Testamento, o Pai de Jesus de Nazaré.

Trata-se, é claro, de flashes parciais. Mas é uma tentativa de esclarecimento. Só Deus poderia falar adequadamente de si mesmo. As nossas palavras são sempre redutoras e traidoras.

1. O Deus dos Vivos

O Deus da Bíblia é o Deus de Abrão e de toda a sua tribo, protetor da família nômade, que migra da Mesopotâmia, à procura de terra. Deve se tratar de um daqueles deuses menores que enchem as várias mitologias, e que com certeza não chega a ter o poder do Deus do Faraó ou do Deus do rei da Babilônia.

A força/poder de um Deus era medida pelo poder real da pessoa protegida. Se o poder de uma pessoa era pequeno, isso era sinal de que o seu protetor não gozava também de muita força. Mas esta idéia, alastrada em todas as camadas do mundo antigo, começou a ser contestada por uma pequena turma de escravos. Aos poucos despertou neles a consciência, sempre mais viva, que o seu Deus era mais forte do que os outros, apesar deles viverem esmagados. Mais: o seu Deus não era o mais forte de todos, mas era o único Deus. Os outros eram fetiches, fantoches imaginários, criados pelos homens para legitimar o seu poder, para sacralizar o seu sistema, ou para exorcizar os seus modos. Javé, aquele que existe de verdade, o Deus de Abraão, de Isaac, de Jacó, e Deus dos escravos do Egito é o Deus único e verdadeiro. Essa intuição não foi imediata. Custou séculos para penetrar na consciência de um povo rude ignorante, cercado de povos cultos e poderosos com idéias completamente diferentes.

Este breve estudo quer ressaltar só três aspectos da interessantíssima revelação que o Deus da Bíblia foi fazendo de si mesmo. Não quer ser um estudo exaustivo. Só pretende dar umas pinceladas que nos ajudem a reconhecer uns traços reais, embora parciais. Consideraremos o Deus de Moisés, o Deus de Jonas e o Deus de Judite.

1.1 — O Deus de Moisés. Moisés foi educado na corte do Faraó. Tudo lá era regulado meticulosamente: a vida política, econômica, social, religiosa. A religião não era dife-

rente das outras organizações. Servia ao poder a que procurava explicar e legitimar como derivação direta da divindade. A ordem terrestre repetia a ordem celeste. A pirâmide da terra era legitimada pela pirâmide existente lá no céu. A posse do poder, riqueza, sabedoria era sinal certo da proteção dos deuses; a privação, pelo contrário, manifestava claramente a falta de protetores celestes. Assim Moisés foi educado. Para ele, como para todos os seus contemporâneos, tudo isso era óbvio e não admitia a mínima sombra de dúvida. Até que uns acontecimentos demonstraram claramente a Moisés e aos seus correligionários, escravos do Egito, que tudo isso era um erro, uma gigantesca mentira organizada pelo poder interesseiro. Deus era compeltamente diferente. Ele não estava do lado do Faraó, mas sim dos escravos. Ele não era um dos tantos, mas o único, aquele que iria fazer justiça, libertando os oprimidos e condenando os opressores. No ato de sua libertação, os hebreus experimentaram quem era este Deus. Foi a primeira grande conquista da idéia de Deus, que ressalta tanto mais quanto mais for comparada com as idéias das cosmogonias e teogonias contemporâneas (Veja J. SEVERINO CROATO, os Deuses da opressão, em **A Luta dos Deuses**, Vozes 1983, pág. 39-66).

A título de exemplo colocamos aqui o mito de Atraassis que torna emblemático o papel da ideologia religiosa do tempo. O poema narra como os três deuses maiores (Céu, Terra, Mar) conseguem subjugar os demais deuses, obrigando-os a trabalhos pesados. Os deuses menores porém, não agüentando a barra, se

rebelam, fazem uma greve e tentam incendiar o palácio de Enlil (o deus da Terra). Depois de várias negociações e de uma assembléia dos patrões com os rebeldes, encontra-se a solução: encarrega-se a deusa da fecundidade para fabricar seres inferiores (homens), que tomem o lugar dos deuses no trabalho. Agora todos os deuses estão livres, pois são os homens que estão sujeitos a trabalhos pesados.

Os homens, apesar do sofrimento e do trabalho escravo, multiplicam-se e tornam-se perigosos para Enlil. O grito de revolta é tal que parece berro de touros. Enlil fica perturbado e incomodado com esta gritaria e decide punir os homens, dizimando-os com peste, seca e dilúvio. Um deus amigo dos homens procura frustrar o gesto tirânico e homicida de Enlil que porém, irado, se vinga e torna estéreis as mulheres, para impedir que os homens se multipliquem.

O Deus de Moisés e dos escravos do Egito aparece completamente diferente. As suas feições se revelam de maneira particular no Êxodo.

Vamos colocar aqui, de forma bem resumida, as características dos deuses e as de Javé. Do confronto, aparece como Javé é um Deus diferente, originário, defensor da vida e libertador dos oprimidos.

Os DEUSES defendem o sistema, legitimam o **status quo**.

1. Visão cíclica e fixista. Tudo é prefixado pelos deuses. Legitimação e reforço do sistema.

2. Competição entre deuses e vitória do mais forte. Modelo transfe-

rido entre os homens: deuses protetores dos fortes.

3. **Fixismo** = mundo, cultura, destino, tudo é vontade dos deuses. Nada pode ser mudado. Determinismo, fatalismo.

4. Homem criado como "executor", para substituir os deuses no trabalho.

5. Enlil ouve a gritaria dos escravos e fica incomodado.

6. Frente à multiplicação dos homens Enlil tenta dizimá-los e se vinga esterelizando as mulheres.

7. Enlil manda pragas (peste, carestia, dilúvio) contra o povo.

JAVÉ é um Deus questionador/libertador.

1. Projeto "histórico". O homem é protagonista da sua história. Deus libertador e criador do "novo".

2. Javé não compete com outros. Ele é o Deus único e está ao lado não dos opressores, mas dos oprimidos.

3. Deus cria o homem à sua imagem e semelhança para que ele faça as "funções" de Deus sobre criaturas e história. Homem ser livre e histórico.

4. Homem criado para ser autônomo. Trabalho visto como "criação" e auto-realização.

5. Javé ouve o clamor do povo, vê a sua aflição e desce para libertá-lo.

6. Javé suscita parteiras piedosas contra quem quer dizimar o povo e salva Moisés das águas.

7. Javé manda pragas (rãs, gafanhotos, sangue...) contra o Faraó.

Resumindo: Javé é o diferente, o completamente "outro", que ouve, vê a aflição do povo, desce para libertá-lo e manda os seus profetas para realizar o seu projeto. Javé está decididamente ao lado do pequeno, do injustiçado, e esmaga os opressores. Javé não quer um mundo piramidal de exploração e opressão. Javé é um Deus libertador que quer instaurar um mundo igualitário e fraterno. A lei nova, feita não por imposição, mas como um pacto de aliança, diz claramente que o **parceiro Deus** é aquele que libertou do Egito e não tolera nenhum tipo de escravidão, e que o **parceiro "povo novo"** é aquele que se empenha em eliminar do seu meio qualquer tipo de desigualdade e de opressão.

1.2 — **O Deus de Jonas.** O papel dos profetas foi sempre aquele de ficar totalmente aberto e disponível a Deus e ao povo, lembrando a memória dos prodígios de Deus a favor de seu povo, e animando o povo a ficar fiel a Deus e ao seu projeto. Eles zelam igualmente pela defesa dos atributos de Javé (Deus único libertador, misericordioso, pai, esposo de seu povo), e pelo bem-estar do povo (independência, liberdade, fidelidade a Javé e ao projeto igualitário, defesa dos pequenos e oprimidos).

Com o livro de Jonas se abrem novos horizontes. Javé não é só o Deus dos hebreus, mas também o Deus dos Ninivitas, os inimigos tradicionais e mortais dos hebreus. Javé é o Deus da vida que quer salvar a todos. Jonas é enviado a Ní-

nive para lá pregar a penitência e a conversão, mas ele foge para Tarsis, o lugar que, aos olhos dos hebreus, representava o fim do mundo. Parece não ter jeito. Deus quer a justiça mas a grande cidade de Nínive recusa. Deus envia o seu profeta, mas ele foge. Como é que Deus vai resolver este impasse? Poderíamos encerrar o grande drama encenado no livro, numa única afirmação: Deus quer a salvação de todos, de Nínive e de Jonas.

1.2.1 — **Deus quer a salvação de Nínive.** Nada conseguirá impedir a realização do Projeto de Salvação, nem a recusa de Jonas, nem as forças da natureza — (tempestade), nem a coligação dos marinheiros que jogam Jonas ao mar, nem a inconsciência e o instinto bruto da baleia que engole o profeta. Deus lutará sozinho contra tudo o contra todos, mas Ele, o Deus da vida, não pode aceitar a morte de ninguém. Javé estará disposto a passar por um Deus pouco "macho", que não honra a sua palavra, mas se deixa enternecer (estamos bem pertinho do Deus de Jesus Cristo). Será esta a grande preocupação de Jonas. Depois de ter pregado a vingança de Javé, Jonas vê à sua frente um Deus manso e misericordioso. Javé consegue decepcionar Jonas, o puro, o homem de palavra, o justo, o inflexível. Mas a Justiça de Javé é a Misericórdia. O que Deus quer de Nínive é a conversão e portanto, a Salvação, e não a sua destruição; misericórdia e não vingança.

1.2.2 — **Deus quer a salvação do profeta.** Foi uma luta dura, dramática, aquela travada por Deus para conseguir a conversão e portanto, o

perdão para Nínive. Tudo parecia conjurar contra este desfecho. Um dos maiores obstáculos foi a própria pessoa escolhida. Primeiro porque ela não quer, tem os seus planos, as suas fugas. Segundo, porque quando ela enfim aceita, pretende dobrar Deus e o Seu plano ao seu ponto de vista. Ele tem o seu mundo e as suas idéias.

Deus deve usar toda uma estratégia para convencer Jonas a aceitar o seu papel de profeta, e aceitá-lo não da maneira como ele entende, mas segundo o estilo de Javé.

Não deve ter sido fácil a conversão de Nínive, mas a conversão de Jonas colocou à dura prova a paciência de Javé. Jonas quer mesmo é o castigo dos Ninivitas. Quando ele viu que "Deus arrependeu-se do mal que ameaçara fazer-lhes", (3,10), ficou irado com um grande desgosto (4,1). Ele cismava que ia acontecer assim. Por isso tinha fugido para Tarsis, "pois eu sabia que tu és um Deus de piedade e de ternura, lento para a ira e rico em misericórdia, e que se arrepende do mal prometido" (4,2).

Mas é justamente assim: o que é motivo de indignação por parte de Jonas, é motivo de glória para Javé, que se apresenta definitivamente como aquele que é rico em misericórdia, amante da vida e que quer salvar, a todo custo, até o próprio profeta. Deus não pode aceitar que o povo se salve e o profeta que o ajudou, pereça.

1.3 — O Deus de Judite. O livro de Judite nos mostra quem é Javé e de que lado ele se coloca quando o poderoso assalta e quer esmagar o

pequeno. O Rei Nabucodonosor é uma ameaça terrível para todos os povos. Ou aceitar a sua dominação feita de impostos e escravidão, ou se preparar a mais horrorosa destruição. O seu exército conta com "cento e vinte mil homens escolhidos, mais doze mil arqueiros montados" (Jt 2,15). O general cruel, enviado a arrasar tudo no seu caminho é Holofernes. Não adianta muito se render. "Os habitantes das cidades e arredores receberam-no com coroas e dançando ao som de tamborins. Mas ele devastou seus santuários cortou suas árvores sagradas. Fora autorizado a exterminar todos os deuses da terra, de maneira que todos os povos adorassem só a Nabucodonosor, e todas as línguas e todas as tribos o invocassem como deus" (Jt 3,7-8).

Javé não podia admitir que se sacralizasse e se endeusasse o poder, a opressão e a violência. Ele vai ridicularizar esta pretensão usando o meio mais fraco, o mais incapaz de se opor à força, aquele que tem menos valor. O livro nos conta como Aquior tinha aconselhado Holofernes, irado pela resistência daquele povo sem importância, a olhar bem a situação. "Se este povo está afastado da justiça e portanto, do seu Deus, cai em cima dele, ele não terá força nenhuma, o seu próprio Deus vai to entregar; mas se o povo vive na justiça e no amor ao seu Deus, então é melhor passar adiante. O seu Deus protegeria e nós receberíamos tamanha derrota, que nos tornaríamos motivo de escárnio para toda a terra" (Jt 5,2-1).

"Quem é deus, além de Nabucodonosor?", gritava com raiva Holo-

fernes. “Este enviará sua força e os exterminará da face da terra, e o Deus dele não o salvará” (Jt 6,2). O exército parte. Betúlia treme. “Os filhos de Israel clamaram ao Senhor, seu Deus. O ânimo deles abateu-se, pois todos os seus inimigos os tinham cercado, e não havia como fugir do meio deles” (Jt 7,19).

O cerco é terrível. A água é cortada. O jeito é se entregar. Melhor é ser feito escravo do que ser massacrado. Ozias conforta o povo e pede que tenha fé em Javé. Esperam ainda cinco dias: se Deus ajudar — tudo bem, senão — se entregarão.

Aí surge uma mulher, uma viúva. Que pode ela fazer no meio do fracasso geral? E mulher não tinha valor, viúva muito menos! Mas é ela que reage: “Quem sois vós, que hoje tentais a Deus e vos colocais acima dele?” (Jt 8,12). Como podeis exigir dele um prazo? Deus é o **livre** e o **Todo-Poderoso**, e Ele vai mostrar o que é capaz de fazer, se servindo de uma mulher. Beleza e astuciosidade de Judite, e luxúria de Holofernes conspiram por uma reviravolta geral. Os Assírios são humilhados na sua força e arrogância. O pequeno sai vitorioso e o povo exultando grita: “Bendito sejas, mais que todas as mulheres da terra... faça Deus que tu sejas exaltada para sempre... pois que não poupaste tua vida no momento da humilhação da nossa raça...” (Jt 13,18-20).

Mas Judite reage: não é ela “a glória de Jerusalém”, o “supremo orgulho de Israel”, “a grande honra de nossa raça” (Jt 15,9), mas é Javé. Contra a prepotência do opressor que “disse que incendiaria meu

país, que mataria meus adolescentes à espada, que jogaria por terra meus lactentes e que entregaria como presa minhas crianças, que minhas jovens seriam raptadas” (Jt 16,4), “o Senhor todo-poderoso o repeliu pela mão de uma mulher” (Jt 16,5). Quem derrotou o opressor não foram heróis ou gigantes, mas uma mulher (cf. Jt 16,6). A força de Judite está na sua fraqueza e na sua confiança em Deus: “Ouve-me, porque sou uma pobre viúva” (Jt 9,4). Cuidem-se portanto, os grandes, parem de esmagar e violentar o povo. O nosso Deus não vai tolerar. O Senhor Javé fez a sua opção preferencial: pobres e pequenos são os seus preferidos. “Desgraçadas as nações que se levantam contra o meu povo. O Senhor todo-poderoso as punirá no dia do juízo. Meterá fogo e vermes em suas carnes, e chorarão de dor eternamente” (Jt 16,17). Portanto:

“Entoai um cântico ao meu Deus com címbalos, Exaltai e invocai o Seu nome” (Jt 16,1).

“Porque Tu és o Deus dos humildes,

O socorro dos oprimidos,
O protetor dos fracos,
O abrigo dos abandonados,
O Salvador dos desesperados”
(Jt 9,11).

2. O Deus de Jesus de Nazaré

No A.T. Javé se manifestava como o Deus que faz existir do nada (Gênesis) e da escravidão (Êxodo). Ele se torna parceiro de um pacto entre iguais. E os profetas nos apre-

sentam Deus como amigo, como esposo, o criador do homem novo de quem tira o coração de pedra para lhe criar dentro um coração de carne. Ele se manifesta já como o misericordioso, o amante da vida, e como o Deus dos pequenos.

Com Cristo, as feições de Deus adquirem sempre mais o rosto do Pai. Ele vai refazer tudo de novo, selando o mundo da morte com a novidade absoluta da ressurreição.

2.1 — O Pai que faz Justiça ao pequeno. Deus é o Pai de Jesus Cristo que se fez o último de todos, o escravo (Fil 2,7). O fato de ser Filho de Deus não dá a Cristo nenhum privilégio. Ele não pretende nenhum serviço, pelo contrário, Ele se fará o servo de todos. Aquele a quem João não é digno nem de soltar a correia das sandálias, não acha humilhante lavar os pés de seus discípulos. Quem quer ser o primeiro, se faça último, manifestando assim a profundidade do seu amor. Ninguém soube mostrar como Cristo, a ternura do Pai, a delicadeza “materna” deste Deus para com os pequenos. É essa ternura pelos pequenos, os sofredores, os humilhados, os marginalizados que leva este mesmo Pai a defender com força, até com violência, estes seus filhos contra aqueles que os violentam, os oprimem e marginalizam.

Veremos portanto, o “coração” deste Pai para com os pequenos e para com os grandes que os esmagam. Num segundo momento, veremos os gestos concretos deste Pai.

2.1.1 — O “coração” do Pai. Somente Jesus conhecia profundamente a força e a ternura do coração do

Pai. Apresentaremos só três passagens: o Pai do pródigo, o publicano e o fariseu, a comoção de Jesus pela escolha dos pequenos.

a) **O Pai do Pródigo (Lc 15,11-32).** Jesus na famosa, belíssima parábola do Pai à espera do filho infiel, usa como que seis pinceladas para descrever o coração deste Pai. Ele diz que o Pai estava sempre à espera do filho que tinha se afastado: “viu-o de longe,/ encheu-se de ternura,/ correu-lhe ao encontro,/ o abraçou/, o beijou/ e o tornou a beijar”, ordenando por fim, uma grande festa. Cristo não podia ser mais eficaz e penetrante.

b) **A segunda narração é a do Fariseu e do Publicano (Lc 18, 9-14).** De novo a preferência do Pai é pelos humilhados e marginalizados. A “justiça” não salva o fariseu, enquanto que o publicano “desceu para casa feito justo/justificado”.

c) A terceira passagem reveladora do coração do Pai é aquela em que Cristo, comovido interiormente pela presença do Espírito Santo, agradece ao Pai porque de novo Ele se esconde aos grandes e se revela aos pequenos (Mt 1,25). Mas este Pai, tanto é terno para com os pobres e os pequenos, quanto é severo e inflexível para com os grandes quando oprimem os seus filhos preferidos. O poder só pode ser considerado legítimo desde que “tome conta da casa e dê comida aos cidadãos no tempo certo”. Se, pelo contrário, o constituído em poder, ao invés de servir, começa a bancar o dono e a “comer, a beber, a se embriagar, a espancar” (Lc 12,45), aquele que reage, o Pai, no tempo

por Ele estabelecido, virá, pegará o administrador infiel e o "cortará em pedaços" (Lc 12,46). O Cristo não poderia usar palavras mais fortes para designar a determinação deste Pai em defender os pequeninos, que Ele considera como a menina dos seus olhos.

2.1.2 — **Os "gestos" do Pai.** O amor não pode ser só questão de intimidade e de palavras. Para ser verdadeiro deve ser traduzido em gestos. Ora, os gestos deste Pai são inúmeros. Apresentaremos só dois momentos, mas bastante significativos:

a) **O Banquete (Mt 22,1-14).** O Pai quer fazer festa a seus filhos. Para os hebreus, o banquete era o ponto mais alto de uma grande alegria familiar e comunitária, comendo e vivendo juntos. O motivo da festa: As bodas do Filho, a sua entrega total à humanidade. Deus casa com o homem. É a felicidade messiânica. Os convidados (o povo escolhido) recusam e se auto-excluem, alegando todo tipo de desculpas. O Pai tem já o seu plano: os novos escolhidos serão coxos, cegos, leprosos, enfim, os marginalizados do mundo. Quem entrar sem este sinal de reconhecimento (ser pequeno, pobre) e, pelo contrário, quer participar com "cabeça de grande" no meio de irmãos pisados e lascados, será, sem misericórdia, jogado fora. Ele não pode pertencer ao Reino, "Amarrai-lhe os pés e as mãos e lan-

çai-o fora, nas trevas exteriores" (Mt. 22,14).

a) **Os Vinhateiros (Lc 20,9-19).** A parábola dos vinhateiros mostra a mesma atitude do Pai. De novo os "privilegiados" serão excluídos e os "marginalizados" serão escolhidos "Os filhos serão postos fora" (Mt 8,12) e a vinha será dada aos outros. "Muitos do Oriente e do Ocidente se assentarão à mesa do Reino dos céus" (Mt 8,11).

2.2 — **O selo definitivo: A Ressurreição.** A Palavra última e definitiva do Pai é a Ressurreição. Lá se refaz a justiça. O marginalizado, o injustiçado, o morto é recolocado no centro da vida. É inútil qualquer esforço feito para explorar, esmagar. O Pai vai fazer justiça. O poder pode matar, o Pai vai ressuscitar. Porque Deus é o Deus da vida. A ressurreição é a exaltação daqueles a quem a vida foi tirada ou reduzida. É o selo definitivo do amor preferencial do Pai pelos pequenos, e a justiça total e definitiva.

Conclusão

Este é o nosso Deus. Um Deus que desce. Que liberta. Que faz justiça perdoadando. Que escolhe os pequenos. Defende e enaltece os humilhados. Amante da vida. Que chega a inventar a RESSURREIÇÃO, selo último e definitivo contra todos os semeadores da morte. □

O futuro a Deus pertence. Abaixo de Deus, entretanto, há de haver outros responsáveis mais imediatos. Por boas dezenas de anos, os autores e fautores do futuro serão estas gerações novas que se vão formando agora. Nosso presente é o futuro hoje (Pe. Marcos de Lima, SDB).

DAMASCO: REFERENCIAL MAIOR DA ORAÇÃO DE PAULO

*A oração cristã é relação de amor entre Deus e nós
pela mediação de Jesus Cristo e sob a ação do Espírito.*

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Rio de Janeiro, RJ

Ao buscar a identidade da oração cristã, é indispensável o enfoque da **oração em Paulo**: a oração dele mesmo e a oração que ele propõe às comunidades. Para isso, suas cartas são a primeira fonte; mas há também a contribuição de Lucas, pelos Atos dos Apóstolos. Paulo não nos deixou métodos nem tratados sobre a oração. Tampouco fez um relato biográfico de sua própria oração ou criou um corpo unitário e redacionalmente integrado como o são os Evangelhos, os Atos ou o Apocalipse.

As epístolas são episódicas. Foram escritas a destinatários diversos. Alguns são familiares a Paulo, como os Filipenses e os Coríntios, os Tessalonicenses e os Gálatas; outros lhe são desconhecidos, como os Romanos. As cartas contam, instruem, exortam, interpelam, admoestam; elas introduzem os fiéis à vida de fé e à oração cristãs. Há referências indiretas sobre a oração de Paulo; há também ações de graças estiliza-

das. Há fórmulas de oração explícita e instruções sobre como rezar. Mas sobretudo há comunicação e partilha de situações e experiências intensamente vividas. Delas emerge o perfil de um Paulo orante e de sua vida e concepção da oração cristã. É um material rico e inesgotável em seu alcance. Existe, contudo, uma experiência fundante que ilumina todo o conjunto. Ela volta muitas vezes à consciência do Apóstolo. Filtra-se em passagens diversas de suas cartas, no início, como mais adiante em sua vida. Este evento liminar é Damasco, ponto de partida e de constante referência: O encontro ali com o Cristo ressuscitado muda radicalmente a vida de Paulo; dá rumo novo a toda a sua formação espiritual e teológica. Mas, como em todas as vocações na Bíblia, aí não se afirma um privilégio individual que se fecha e termina na pessoa. Deus convoca para enviar (At 9,15-16; 22, 14-15; 26, 16-18) (1). O confronto de Jesus com Paulo na

estrada de Damasco é inspiração de seu ardor pessoal, mas é alicerce de seu mandato apostólico. Este fato foi e tem sido fundamental para a vida de fé da Igreja toda, em todos os tempos. Ele é de imenso alcance para a oração de Paulo e para a nossa oração cristã, por mais diversos que sejam os contextos históricos e as circunstâncias pessoais, sociais e culturais.

Damasco: a relação pessoal de Jesus e Paulo.

Sobre Paulo na estrada de Damasco há a narrativa de Lucas nos Atos (9,1-19) e alguns relatos feitos pelo próprio Apóstolo (At 22,6-16; 26,12-17). Ele conta a outros este grande acontecimento. Em suas cartas, vai além da narração. Dá-nos a interpretação do fato, revelando-lhe o alcance em sua vida (Fil 3,7-15; 1 Cor 15,8-10; 9,1; Gal 1,11-24). Nesses textos, o que surge como dado central é a **relação pessoal** que se estabelece entre Jesus e Paulo. Manifestação imprevisível de um, acolhida plena pelo outro. Aquele que Paulo passará a chamar **Senhor** toma a iniciativa surpreendente de apresentar-se a este que o persegue. Paulo constata, então, que o “morto”, cujos seguidores ele hostiliza, é vivo: o crucificado é o ressuscitado. Neste descoberta, articula-se para ele, na consciência das diferenças, a unidade de Jesus de Nazaré e do Cristo Ressuscitado, parâmetro básico da cristologia paulina (At 26,9; 22,8).

Esta incontestável experiência de vida sobre a anterior certeza da morte é uma virada decisiva. Jesus assume, transforma e relança o extra-

ordinário potencial humano-religioso deste homem. Passa a ser o fulcro de sua vida. Saulo feito Paulo já não mais entenderá a vida sem o Cristo que se faz vida. A partir de Damasco, ele empenhará no anúncio de Jesus Cristo a totalidade de seu existir.

“Saulo, Saulo, por que me persegues?”

Quem és tu, Senhor?

Eu sou Jesus, o Nazareno (At 22,8) a quem persegues” (At 9,4-5).

“Senhor, que farei?... Levantate e vai a Damasco. Lá te será dito tudo o que deves fazer” (At 22,10).

“... O que era vantagem para mim considero desvantagem por causa de Cristo... uma perda tudo isto, com a sublime vantagem de conhecer a Cristo Jesus, meu Senhor. Por ele renunciei a tudo” (Fil 3,7,9).

Este eixo existencial da relação pessoal de Jesus e Paulo dá consistência à oração do Apóstolo e é para todos nós um referencial maior da oração cristã. A oração era um traço característico dos Fariseus e Paulo fôra um deles. Se há uma continuidade em sua vida é a da convicção sobre a importância da oração. A Ananias um sinal é dado para reconhecê-lo na rua Direita: ele está **rezando**. Para seus contemporâneos, Paulo é sobretudo um **homem de oração** (At 16,25; 20,36; 22,17; 27,35; 28,9). Não por acaso, Lucas, autor que manifesta sempre interesse pela oração, sublinha em Paulo a conexão entre experiência e oração. Mas, há oração e oração. Depois de Damasco, transforma-se a fundo em Paulo, o apóstolo, a ins-

piração, o conteúdo e a forma da oração de Saulo, o fariseu. E a raiz desta mudança é a passagem de uma referência primordial à Lei e ao Deus da Lei a uma relação pessoal a Cristo — o crucificado-ressuscitado — pelo qual ele tem acesso ao Deus da fé (2).

O alcance desta transformação é tão incalculável quanto é grande a distância entre prescrição e vida, lei e amor. O encontro de Damasco afetou assim o cerne mesmo da atitude religiosa de Paulo. Levou-a a duas perspectivas que, no fundo, se articulam em um só processo de vida e de oração.

Primeira, a percepção da centralidade da ressurreição de Cristo em si mesma e para a nossa fé (1 Cor 15,8-10). Daí a leitura consequente por Paulo, à luz deste Cristo vivo e ressuscitado, da vida terrestre e histórica de Jesus de Nazaré, principalmente de sua morte na cruz. Este enfoque conduz Paulo ao desejo urgente e irresistível de **conhecer** Cristo Jesus, o seu Senhor (Fil 3,8), feito sentido primeiro e pleno de sua vida.

Tal conhecimento, porém, — e aqui a **segunda** perspectiva — não é resposta a uma curiosidade mental; não é meta de uma análise ou pesquisa, psicológica ou histórica. É, sim, uma dinâmica de identificação de vida (3). Ele quer conhecer o Cristo para estar unido a ele, participar de seus sofrimentos, conformar-se a ele na morte (Gal 6,14), viver a força de sua ressurreição e chegar assim também à própria ressurreição (Fil 3,9-11). É todo um projeto de vida, na concretização progressiva do sentido novo da própria vida. Nisto

Paulo se lança como para conquistá-lo, porque para isso Cristo o conquistou (Fil 3,12). Quase vinte anos após Damasco, ao escrever aos Filipenses, ele sente ainda a força jovem do impulso inicial e tem consciência de que continua aberto a poder crescer. Não se gloria de ter alcançado a meta. Pelo contrário, sem olhar atrás o caminho percorrido, segue em frente com todo o seu ser, em vista da plenitude da vocação a que Deus o chamou, em Cristo Jesus (Fil, 3,13-14). Ele condiz com sua comunidade preferida a certeza de que Aquele que começou em cada um esta boa obra há de levá-la adiante até o dia de Cristo Jesus (Fil 1,6).

Estas duas perspectivas da vida e da oração de Paulo dão rumo também à nossa vida e oração cristãs e as iluminam. Rezar será para nós primordialmente conhecer Jesus Cristo a fundo e identificar-nos com ele (Fil 2,5). Ele é encarnação do Deus absoluto, transcendente, inominável e irrepresentável, que não é produto idolátrico de nossas mãos, nem projeção antropomórfica de nosso espírito. É, pelo contrário, o Deus único e pluripessoal, Deus amor e comunhão. Em Jesus Cristo, Ele se faz próximo e acessível a nós; vive em nós pelo dom do Espírito. Por isso, Jesus é condição e mediação imprescindível da oração cristã. Nesta oração, a fé na realidade pessoal e viva do ressuscitado é componente básico de nossa atitude orante (Fil 3,9-10; 1 Cor 15,13). A **esperança** nos lança na dinâmica prospectiva de um crescimento sempre em aberto e sem fronteiras (1 Cor 15,19; 1,8; Rom 15,13) Mas é o **amor** profun-

do e pessoal por Cristo que inspira e sustenta o processo todo (Rom 8, 38-39 (4)). É o amor que funde as vidas, ao ponto de que possamos vir algum dia a dizer com Paulo: já não sou eu quem vive, mas é Cristo quem vive em mim (Gal 2,19-21). A decisiva experiência de Damasco e seu desdobramento na vida de Paulo o conduz, e a nós também, à intuição deste traço original da oração cristã: ela é relação de amor entre Deus e nós pela mediação de Jesus Cristo e sob a ação do Espírito (Rom 8,14-16; 2 Cor 1, 20-22). É sobre este fundo vivencial, que já é, em si mesmo, oração na vida, que se constroem as múltiplas expressões orantes individuais, social-comunitárias e litúrgico-rituais de nossa fé. Por aí se inspira, se sustenta e se integra o liame indivisível entre as dimensões individual e social da oração cristã.

Damasco: gratuidade na vocação e missão.

Numa de suas referências a Damasco, Paulo sublinha a **gratuidade** total da iniciativa do Cristo ressuscitado em relação a ele. A certeza forte desta dimensão está na origem de uma característica da oração cristã, assim como veiculada a nós pela vida e oração de Paulo: a **gratidão**. Vamos considerá-la em outro artigo. Neste, focalizo o ponto de partida desta ação de graças: a consciência da total **gratuidade** do dom.

Paulo recorda aos Coríntios (1 Cor 15,1-6) o núcleo da fé que acolheram e professam: a morte e ressurreição do Senhor Jesus (At 2,14-36; 3,12-36; 3,8-12; 4,29-33). Na força da fé e com humildade pro-

funda, acrescenta então: E por último (Jesus) apareceu também a mim, como a um abortivo, porque sou o menor dos apóstolos. Nem mereço o nome de apóstolo porque persegui a Igreja de Deus. Mas, pela graça de Deus, sou o que sou e a sua graça para comigo não foi estéril. Trabalhei mais que os outros — não eu, e sim a graça de Deus comigo (1 Cor 15,8-11).

O alcance desta experiência de gratuidade só pode ser de fato entendido à luz da consciência de missão. Há uma importante alusão de Paulo ao evento de Damasco (2 Cor 4,6). É uma passagem longa e autobiográfica, espontânea e até mesmo íntima (2 Cor 2,14 a 6,13). Não é possível retomá-la por extenso. Imprescindível, porém, recordá-la pela leitura e reflexão, para captar o que aqui desejo explicitar.

O desenvolvimento do texto gira em torno de dois focos. Primeiro, o total despreparo e indignidade de Paulo, sua fraqueza e a força infinita e criativa de Deus nele e sobre ele. Segundo, a marca indelével da gratuidade e da bondade deste Deus em relação a ele. Elas são totalmente imerecidas por ele. No entanto, foram com certeza e vitalmente experimentadas no encontro de Damasco com o Cristo ressuscitado.

De modo inédito e original, o Apóstolo compara seu confronto com Cristo com a criação da luz por Deus (Gen 1,3 — 2 Cor 4,6). Paulo é o primeiro comunicador do Novo Testamento a empregar o imaginário da criação na exposição do mistério cristão da redenção e no enfoque primigênio da vocação do ho-

mem por Deus. O que ele quer assim sublinhar é a primazia absoluta da iniciativa de Deus e a carência radical de credenciais por parte do homem chamado à missão de anunciar o evangelho (1 Cor 1,17). Nesta missão de proclamação, Deus é e permanece fonte e autor principal da "iluminação" interior que nos permite, na fé, acolher e irradiar a mensagem.

"Pois o Deus que disse: **Das trevas brilhe a luz** é quem fez brilhar sua luz em nossos corações, para manifestar a luz do conhecimento da glória de Deus que se reflete na face do Cristo' (2 Cor 4,6). Nós não nos anunciamos a nós mesmos, mas anunciamos a Jesus Cristo Senhor e nos consideramos vossos servidores por causa de Jesus" (2 Cor 4,5).

Na visão de Paulo, esta luz lhe foi dada por Deus em Damasco, como um ato criador de Deus sobre o nada de sua indignidade e de seu despreparo. Os Doze receberam o dom da fé no Cristo ressuscitado após inspiradora convivência com Jesus de Nazaré. Mas todo o passado de Paulo nada oferecia que o qualificasse para tal dom. O marco presente de sua história, à altura de Damasco, era mesmo o da rejeição e do cancelamento ostensivo e militante de qualquer vestígio de sobrevivência do Nazareno. O encontro com Cristo em Damasco é assim uma **nova criação**. É a afirmação plena da **gratuidade** de Deus para com ele. É a manifestação daquela forma de amor que sempre traz a assinatura de Deus: a de sair de si para fazer feliz o outro. Esta é a dinâmica interna da criação e da encarnação, como o é da redenção,

em todas as suas faces múltiplas de libertação.

Lendo um pouco, na moldura deste cenário de Paulo, alguns dados do contexto evangélico, intuímos a coerência de Deus nesta expressão da gratuidade. Em linguagem matemática de proporções, podemos dizer que os apóstolos estão para Paulo, como Israel para os Gentios, como o filho mais velho para o filho pródigo (Lc 15,11-31), como Simão, o fariseu, para a mulher pecadora (Lc 7,36-50), como os Fariseus para Zaqueu (Lc 19,1-10), como outros Fariseus para o cego de nascença (Jo 9,1-40).

Há em todos estes casos um paradigma de continuidade na ação de Deus. Encontramos, primeiro, os que estão ou pretendem estar ligados a Deus e ser fiéis a Ele: Israel, os Apóstolos, o filho mais velho, Simão e os fariseus. São objeto de vocação e formação específica por parte de Deus: Apóstolos, Israel e/ou os homens — filho mais velho, Simão e fariseus. Já os outros são todos escolhidos e colhidos por Deus como que de surpresa, sem explicação plausível a nossos olhos e, certamente, sem preparação adequada. Manifestam assim, de imediato, a gratuidade deste Deus e a ela correspondem com resposta fiel e generosa. Nos primeiros, há uma consciência explícita e pretensiosa das próprias credenciais. Há de algum modo a petulância de assumir o comando de sua evolução, até mesmo em relação à obra de Deus. Os outros, vivem a imprevisível experiência da misericórdia e do perdão, da alegria e salvação e, sobretudo, o impacto afetivo da sensação de um

grande amor por eles. Neles nasce e se afirma a certeza de que são amados.

A oração de Paulo em nossa vida e oração.

Penso poder inferir daqui que a vocação, a conversão, a fidelidade, a oração cristã, são primordialmente graça e dom, mais do que conquista nossa. Segue-se para nós, cristãos de todas as vocações — bispos, sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos — que a aceitação de nós por parte de Deus não depende primordialmente de nossa condição ou posição na comunidade de fé; tampouco se prende ao que possa ser nossa concepção pessoal ou grupal da fidelidade ou da modalidade na resposta à vocação. Essa aceitação procede sobretudo da ação, a um tempo constante e insuspeitável, com que o Senhor se apresenta em nossa vida, sem necessária referência às marcas e balizas desta mesma vida. Muitos processos de transformação profunda parecem passar por esta via de gratuidade à qual devemos estar atentos. Neste sentido, nossas crises podem ser momentos promissores do possível toque de Deus; nossos pecados, ponto de partida de uma vida nova. Certamente, não são só empresa nossa, voluntarística, nem função eventual do crédito acumulado de possíveis títulos e méritos nossos, esses impulsos de conversão e crescimento que nos dão sentido novo à vida. Disto tiveram os santos uma percepção aguda e uma vivência coerente, na afirmação tenaz e sincera de sua condição frágil e pecadora.

A oração cristã, marcada e alimentada por esta consciência de

gratuidade, como a de Paulo, cria em nós o clima de atenção à surpresa e delicadeza deste Deus vivo e ativo. Ela esvazia em nós a vã pretensão de condução e avaliação definitiva de nossa própria caminhada interior. A oração é o espaço livre para a arrancada cotidiana da missão de anunciar e testemunhar, de interpelar e denunciar, de confrontar e desafiar, de amar e de servir (1 Cor 1,4-9; 2 Cor, 1,3-11). Ela é também a memória solícita de nossa fragilidade no alerta indispensável para a força deste Deus que age em nós e por nós opera. Vocação e missão se articulam assim e se nutrem mutuamente na oração.

No contínuo de uma vida inteiramente votada a Deus, Paulo vive a passagem radical de uma concreta vocação e missão — a de **fariseu** fiel e militante — a uma outra vocação e missão — a de **apóstolo** incansável. A esta transformação Paulo chama, como vimos, “criação”, por **nada** achar em si que pudesse justificar a gratuita iniciativa de Deus. Doravante, ele se há de apresentar como Paulo, servidor de Jesus Cristo, apóstolo, não da parte de homens, mas por vocação de Deus, escolhido para o evangelho. O impressionante é que, pela nova percepção de seu Deus, o Deus de Israel, compreendido agora como o Deus e Pai de Jesus Cristo, transforma-se em Paulo a identidade de sua oração. Tanto é verdade que nossa oração é sempre tributária da visão que temos de nosso Deus.

Quem é o meu Deus? Como o descubro e conheço? Como me relaciono com Ele? Olhando para trás

em minha vida, vislumbro nela a trilha de Deus? Já se manifestou a Israel por Abraão, Jacó e José, por Moisés, Samuel e Davi, pelos Profetas, por João Batista. Em cada um destes mensageiros, Deus se deixa conhecer um pouco mais, através de facetas novas. Vai assim estabelecendo com os homens Sua aliança em níveis de maior profundidade. Em Jesus, porém, Ele se manifesta em plenitude ao nosso alcance. Qual é em mim a trajetória da experiência de Deus?

Damasco é chave na relação de Deus com Paulo, por Jesus Cristo, no Espírito Santo. Há algum Damasco em minha vida? Encontro nela algo que pudesse chamar de "experiência fundante"? Quando? Onde? Como? Com que atores? Com que alcance e conseqüências? Em que ponto se produziu em mim a ruptura de conversão? Que impulso apostólico surgiu em mim do meu Damasco? Por onde me conduz o Senhor? A quem me envia?

Onde e como Deus me fala, como em Damasco a Paulo, por Jesus que vive e sofre no meu povo, que é nele perseguido e humilhado, oprimido e marginalizado? Como pode ser o meu Damasco traduzido em missão de serviço ao Povo de Deus que Jesus liberta? Que sentido dá tudo isto à minha oração? Como a nutre e questiona, como a interpela e orienta? Como, inspirada pela vida, retorna ela à vida e dá sentido ao que é grande e pequeno em mim?

Conclusão.

O evento de Damasco, lido e rezado por nós à luz de sua interpreta-

ção pelo próprio Paulo e da influência e alcance sobre sua vida e oração apostólica oferece-nos dois traços inconfundíveis da oração cristã.

O primeiro, é o caráter de **relação pessoal** entre nós e Deus através de Jesus Cristo, no Espírito Santo. Sobre esta relação repousa a possibilidade e a estrutura mesma da oração cristã: relação que lhe dá consistência e lhe norteia a evolução, exposta sempre à novidade viva e dinâmica do encontro profundo e vital entre pessoas. Na perspectiva paulina, esta relação entre nós e o Cristo é princípio e termo que dá sentido a toda a trama complexa e vasta que entre nós, pessoas humanas, se estabelece aqui, no apoio mútuo e na luta comum, na busca perseverante de transformar o mundo e construir uma sociedade livre e justa, aberta aos homens e aberta a Deus.

O segundo traço é a dimensão de **gratuidade**. Ela catalisa e unifica a vocação e a missão apostólica. Dá-nos, na oração, a certeza da iniciativa de Deus, apesar e independentemente de nossa pobreza e fragilidade. Cria em nós uma força que não é nossa, uma capacidade de superar e vencer em nós o medo e a timidez que são talvez fruto de nosso orgulho, trincheira de mesquinhez e covardia ou, simplesmente, face oculta de nossa pusilanimidade. Não é por aí que tantas vezes nos apropriamos da obra de Deus e a reduzimos à pequenez de nossas medidas?

Tanto a relação pessoal com Deus, como a gratuidade na vocação e missão alimentam uma oração que não involui sobre a própria pessoa, co-

mo privilégio ou fuga. Pelo contrário: esta oração nos lança no coração da vida e se alimenta desta mesma vida no serviço responsável e magnânimo dos irmãos. Deus passa por nós apesar de nós. Conta conosco como somos e supre em nós o que não somos. Faz da realidade do que somos a matéria-prima de sua constante e eficaz ação sobre as

pessoas e sobre o mundo. A oração cristã é o cenário deste encontro conosco mesmos. Ela viabiliza a atenção ao nosso encontro com esse Deus que vem e continua vindo sempre, imprevisivelmente. Ele vem dar continuidade por nós, como o deu por Paulo, à missão libertadora de Seu Filho, oferecida a todos para o bem de muitos.

NOTAS

(1) Na Bíblia, a vocação não é privilégio pessoal, distinção que termina no indivíduo. É convocação orientada à missão. Esta é, na vida das pessoas chamadas, concretização e extensão da ação de Deus. Por isso, a missão é sempre expressão de um amor que liberta, converte, transforma e faz crescer. Ver, p. ex., a vocação de Abraão (Gen 12,1-14), de Moisés (Ex 3,1-15), de Isaías (Is 6,1-8), de Jeremias (Jer 1,4-10), de João Batista, de Maria, de Jesus. (2) Para quem conhece os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, é sugestivo o paralelismo entre Damasco, — entroncamento da conversão de Paulo — e o processo da "Primeira Semana" Inaciana. Paulo e Inácio sabem que o pecado se fez parte deles e de todos nós (Rom 7,13-24) [Ex. Esp. 45-63]. Um e outro, porém, nos dão do pecado um enfoque realista e construtivo. Voltar, converter-se, é um ato de liberdade, sim, mas é sobretudo afirmação da iniciativa incansável do perdão de Deus, perdão que é o traço mais difícil e gratuito do amor. (3) Essas duas perspectivas coincidem com o desenho das três últimas "semanas" inacianas, a segunda, particularmente. Vai por aí o movimento interno das "contemplações" e das meditações estruturais dessa "semana": o Reino [91-98], as Duas Bandeiras [136-147], as três classes de homens [149-157] e a consideração dos três graus de humildade [164-167], que precedem a eleição. O fio condutor desses exercícios, como das "contemplações" da

vida de Jesus é a crescente **identificação com Cristo**. A resposta generosa à vocação é o segundo "prelúdio" na contemplação do Reino [91]. Já a "graça" a ser pedida e que atravessa, de ponta a ponta, a segunda "semana" do terceiro "prelúdio" é a **centralidade de Jesus Cristo**. Textualmente: "Pedir conhecimento interno do Senhor que por mim se fez homem, para que eu mais o ame e o siga" [104]. É todo um enfoque cristológico de veia paulina que pervade os Exercícios, sem que talvez disto se desse conta o seu autor. (4) Nos Exercícios Espirituais, parece paradoxal a integração de contrastes urgida por Santo Inácio. De um lado, o rigor do **método**, no qual ele acredita, como mediação para a oração: a preparação, o contexto e a posição, a reflexão posterior, as várias regras e o acompanhamento por um interlocutor e tantos outros elementos, como as chamadas "adições". De outro lado, é a insistência no envolvimento sempre mais profundo da nossa **afetividade** como um todo. Sem ela, não há para Inácio verdadeira oração. Os "colóquios", em todos os exercícios, a atenção cuidadosa às "moções" do Espírito, são sensores e catalisadores de um afeto que abrange o todo da personalidade no seu nível mais íntimo. Aí, precisamente, se estabelece para Inácio a **relação pessoal** do orante com Deus. As cartas de Paulo traduzem a riqueza de uma intensa afetividade, aberta a Deus e aos homens, traço que vinca sua oração na vida. □

FAÇO VOTO

A DEUS TODO-PODEROSO

ELEMENTOS PARA UMA TEOLOGIA DOS VOTOS E DA VIDA RELIGIOSA

Faz-se voto de um bem maior. A afirmação se baseia na distinção entre ações necessárias para todos à salvação e ações que são um "bem maior" em comparação com essas. Feito o voto, o que era conselho passa a ser preceito, torna-se necessário à salvação de quem o fez.

Pe. Francisco Taborda, SJ

Belo Horizonte, MG

Por que fazer **votos** a Deus e não simplesmente entrar numa comunidade religiosa, estabelecendo o compromisso de assumir certo tipo de vida em pobreza, castidade e obediência, sem emitir votos? Os votos acrescentam algo à vida no seguimento de Jesus? Pode-se, p. ex., imaginar que o ingresso na Vida Religiosa (=VR) não fosse marcado pelos votos, mas por um compromisso com a Congregação ou com a Igreja. No pós-concílio, face à dúvida quanto à maturidade dos candidatos à VR, a instrução "Renovationis causam" permitiu substituir os votos temporais por "outra espécie de vínculo como uma promessa a ser feita ao Instituto" (n.º 34,I). Seriam religiosos os que faziam promessa, depois do noviciado, em vez de votos temporais? Parece dever-se supor. Então por que votos? A Instrução os julgava "bem adequados" ("pror-

sus consentanea") ao seguimento de Cristo, porque os votos fazem "o candidato participante da consagração própria ao estado religioso" (n.º7a). De fato a figura da promessa ao Instituto desaparece no Código de Direito Canônico de 1983 (1).

O presente artigo é um convite a repensar a teologia tradicional dos votos, já que desde as páginas da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino talvez não se tenha dito muito de novo sobre o assunto e, no entanto, a concepção em muitos aspectos, já não se enquadra numa teologia atual. Os votos serão sempre considerados aqui tendo em vista a VR e seu caráter específico dentro da Igreja, em comparação com outras formas de vida cristã. Por isso o artigo espera contribuir ao mesmo tempo para uma teologia dos votos e para uma teologia da VR.

A reflexão se desenvolverá em dois momentos. Num primeiro momento se deverão recordar elementos da interpretação tradicional dos votos e submetê-los a uma crítica, para num segundo momento tentar estabelecer alguns traços positivos para uma teologia dos votos e da VR.

1. A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL E SUA CRÍTICA

Quatro elementos da teologia tradicional dos votos deverão ser aqui examinados: 1. na VR fazem-se votos dos “conselhos evangélicos”; 2. como expressão da “fuga do mundo”; 3. os votos são atos de religião que tornam a pessoa consagrada (daí a expressão “vida consagrada” como sinônimo de VR) e assim, 4. acrescentam seus méritos.

1. O objeto do voto

Depois de explicar o que é um voto, Santo Tomás trata de perguntar sobre que se faz voto. Faz-se voto de um bem maior (“de meliori bono”). A afirmação se baseia na distinção entre ações necessárias para todos à salvação e ações que são um “bem maior” em comparação a essas (2). É a distinção entre preceito e conselho. Santo Tomás — e com ele a teologia posterior — explicita a distinção da seguinte forma: “preceito diz necessidade, conselho é entregue à opção daquele a quem se dá” (3). Feito o voto, o que era conselho passa a ser preceito, torna-se necessário à salvação de quem o fez. Observar os preceitos é bom, obrigar-se aos conselhos é mais perfeito.

Essa concepção quanto ao objeto dos votos e à consequência que os mesmos acarretam não é sem problemas. Um primeiro problema é a concepção elitista de VR aí implicada. Outro vem da própria distinção, teologicamente bem questionável, entre preceito e conselho.

Dentro da distinção tradicional, observar votos sobre conselhos é logicamente mais perfeito que só cumprir com os preceitos. Assim, quem se propõe, por voto, a seguir os conselhos evangélicos, parece ser mais cristão, ou cristão de mais brio, mais decidido que os outros, a seguir a Cristo até as últimas consequências. Essa posição leva a ver na VR um “estado de perfeição” (4). É verdade que “nada impede que haja perfeitos que não estão no estado de perfeição e nem todos os que estão no estado de perfeição são perfeitos” (5). Mesmo assim, como na prática as muitas distinções não funcionam, acaba-se dando à VR um caráter de ser “mais” do que a forma habitual de vida cristã. Ora, isso é difícil de compor com a posição paulina da vocação universal à santidade, retomada e tematizada pela Constituição “Lumen Gentium”: “todos os fiéis, de qualquer estado ou grau de vida, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade” (LG 40). Face à vocação universal à santidade, o(a) religioso(a) não pode pretender ser **mais cristã(o)** que os outros, pois desta forma estaria deixando de ser cristão ao pôr-se acima dos outros. O distintivo da VR não é a **intensidade** da vida cristã, o **mais** ou **menos** cristão, mas o **modo** de viver o seguimento de Jesus, seguimento que é dever, com-

promisso e característica de todo cristão.

Se o distintivo não é o conteúdo, mas o modo, não há porque falar em "estado de perfeição" ao designar a VR, o que na prática se deixou de fazer, depois do Vaticano II. Mas não basta ter deixado, é preciso tomar consciência do porquê.

Ora, o porquê está ligado ao segundo problema antes mencionado. A distinção "preceito" — "conselho" não resiste a uma boa crítica teológica (6).

A idéia tradicional de conselho se move numa moral abstrata que não considera a legitimidade de uma ética existencial, em que a vontade de Deus se dá a conhecer a cada um em particular no momento concreto (7). O esquecimento dessa ética existencial provém de uma concepção demasiado antropomórfica da lei divina. Na lei humana, o legislador tem que levar em consideração a força média dos súbitos para não os sobrecarregar com preceitos acima de suas possibilidades. A lei de Deus, porém, é lei da graça e como tal dá aquilo que ordena. É, em primeiro lugar, "lei interna", embora se comunique pela palavra externa. Como lei interna — a última norma da moralidade é a consciência — pode apresentar exigências particulares e concretas. Sempre que alguém ouve tal exigência — embora não obrigue a outros — está sendo chamado a tomar decisão, está, portanto, sob a lei de Deus (8).

A concepção tradicional de conselho como algo que "é entregue à opção daquele a quem se dá", supõe também uma idéia de liberdade

muito questionável. Assim observa Tomás: "convinha que na lei nova, que é lei da liberdade, aos preceitos se acrescentassem os conselhos" (9). Pensa-se, pois, aumentar a liberdade do homem, quando se lhe confere o poder de escolha também face à vontade de Deus manifesta (no conselho). A realização máxima da liberdade está, portanto, na liberdade psicológica (isto é, em querer isto ou aquilo). A liberdade no sentido agostiniano do "não poder pecar", como expressão máxima da liberdade, fica totalmente esquecida e, no entanto, é o analogado primário da liberdade. O chamamento de Deus dado à pessoa individual em seu aqui e agora é um chamamento à liberdade ou a uma liberdade maior e, enquanto tal, traz em si a característica do "dever". Quando se trata de um assunto de importância e peso, negar-se a seguir o "conselho" claramente percebido como vontade de Deus concreta e individual, seria pecar. O "conselho" não é, portanto, deixado à arbitrariedade do indivíduo. O homem vive sempre sob a lei de Deus e não existe ato moralmente indiferente.

Dentro da concepção de conselho aqui aceita, o seguimento dos conselhos evangélicos é uma obrigação grave em consciência para quem ouviu o chamado particular de Deus. Os conselhos evangélicos não podem ser uma grandeza abstrata, um convite feito a todos e deixado à arbitrariedade ou à "generosidade" de cada um, como o queria Santo Tomás.

Nem se aduza em favor da concepção tradicional o cânon 10 do

decreto do Concílio de Trento sobre o matrimônio (sessão XXIV): “Se alguém disser que o estado conjugal deve ser anteposto ao estado de virgindade ou celibato, e que não é melhor ou mais feliz (*beatius*) permanecer na virgindade ou celibato, do que unir-se em matrimônio: seja anátema” (DS 1810, D 980).

Por um lado, é preciso interpretar o mais em felicidade ou bem-aventurança (“*beatius*”) de que fala Trento, tendo como pano de fundo as bem-aventuranças do Sermão da Montanha. Significa que é preciso entender a expressão como uma afirmação escatológica paradoxal: a virgindade “expressa de forma mais direta e radical que o matrimônio o mais específico da fase salvífica que irrompeu com Cristo” (10). Isto é: no AT só o matrimônio era capaz de realizar, porque os filhos são os portadores da promessa, a esperança de futuro, expressão de vida. Ora, com Cristo a promessa se tornou realidade, o futuro irrompeu no presente, a vida é dada na plenitude da ressurreição. Com isso a renúncia ao matrimônio adquire sentido e sentido que corresponde mais especificamente ao momento salvífico pós-Cristo. O “*beatius*” é, pois, histórico-salvífico, refere-se à fase escatológica da história de Deus com os homens, que dá sentido ao celibato e se estende assim àquela atitude que só é possível nessa fase. É uma profissão de fé escatológica.

Por outro lado, o horizonte de pensamento do Concílio de Trento não lhe permite mais que falar de modo absoluto do valor maior da virgindade. Pressupondo uma ética essencialista, como a da época, a única

possibilidade de salvaguardar a honra especial sempre atribuída pela Igreja à virgindade “por causa do Reino dos Céus” era expressar-se como o cânon o faz. Negar o valor da virgindade seria negar a provisoriedade dos bens terrenos, que encontra sua expressão mais clara na renúncia a eles. Quando, porém, se considera o fato concreto numa ética existencial, o que é um valor em si, pode ser o melhor para essa pessoa; e seguramente não é, se ela se sente chamada por Deus ao matrimônio. Em ética existencial é necessário dizer — não **contra** Trento, mas **para além** de Trento —: o melhor é a vontade de Deus manifesta concretamente na vida individual.

Superada a distinção entre preceito e conselho, volta a pergunta: que sentido tem fazer votos? A teologia tradicional tinha uma resposta básica: eles são uma forma de entregar-se a Deus, com duas vertentes, uma negativa (“fuga do mundo”), outra positiva (consagração a Deus). E essas duas vertentes distinguem por excelência o(a) religioso(a), fazendo-o(a) mais que o não-religioso (concepção elitista), porque alguém que vive mais radicalmente o cristianismo: fora do mundo e consagrado.

2. Os votos, expressão da “fuga mundi”

A entrega total a Deus pelos votos é resultado e ao mesmo tempo concretização da “fuga mundi” (fuga do mundo), com que a tradição mais antiga da VR se autocaracterizou (11). A expressão soa estranha hoje, embora ainda há menos de 30 anos não fosse rara na teologia da

VR. A razão da estranheza está em que no Concílio Vaticano II a Igreja se reconciliou com o mundo moderno e a palavra "mundo" perdeu a conotação pejorativa que tinha anteriormente.

De fato, já biblicamente a palavra "mundo" comporta diversos sentidos (12). "Mundo" pode significar a boa criação de Deus ("o mundo"); "mundo" pode significar as criaturas decaídas pelo pecado ("este mundo"); "mundo" pode, enfim, significar a criação chegada a sua plenitude escatológica ("o mundo futuro"). A relação de todo cristão com o mundo poderia ser assim formulada numa espécie de trocadilho teológico: o cristão está no mundo, não é deste mundo e tende ao mundo (futuro). Com isso está definido o caráter escatológico da vida cristã, com a salvação "já" presente, mas "ainda não" desvendada em sua plenitude. Nessa tensão entre os dois pólos do "já" e do "ainda não", o discípulo de Cristo tem que tomar aquela atitude descrita por Paulo em 1 Co 7,29b-31: "Resta, pois, que os que têm esposa, sejam como se não a tivessem; os que choram, como se não chorassem; os que se regozijam, como se não se regozijassem; os que compram, como se não possuíssem; os que usam deste mundo, como se não o desfrutassem. Pois passa a figura deste mundo".

Nesse texto de Paulo se exprime o mistério do Reino de Deus que todo cristão deve priorizar em sua vida (cf. Mt. 13,44-46). Para entender a frase de Paulo (13), o quarto e quinto exemplos são elucidativos, pois não contêm a aparente tautologia dos três primeiros, quando toma-

dos na literalidade do sentido. Enquanto nos outros se repetem os mesmos termos em ambos os membros da frase, nestes não (14). A repetição dos termos poderia levar ao uso das coisas com má consciência, como se propriamente não fosse permitido. Mas ao dizer "comprar como se não possuísse", "usar como se não desfrutasse", Paulo dá a entender que não é o comprar que é rejeitado, mas o apegar-se à posse do que foi comprado, como se comprar tivesse sentido em si (modernamente: consumismo!). Não é o usar que é mau, mas o fazer do uso um sentido em si: desfrutar. Ou seja: nenhuma realidade criada (matrimônio, tristeza, alegria, consumo, uso...) pode ser exaltada a fim último. Tudo isso pertence à "figura deste mundo" que passa. Devem, pois, ser reconhecidas em sua relatividade. Não devem ser desprezadas, mas nem por isso absolutizadas. Não se trata de um não absoluto ao mundo como obra de Deus, nem ao mundo como tarefa do homem. A atitude cristã face à criação é dialética: só podemos dizer não, se dizemos também sim. A negativa do homem brota do íntimo de uma afirmação muito mais profunda. Porque o verdadeiro e genuíno sim ao mundo, como criação boa de Deus (cf. Gn 1,31), é a afirmação de sua contingência radical. Ora, viver essa contingência significa reconhecer só um Absoluto: Deus. Todos os outros bens fora de Deus estão em referência a ele e são, portanto, mediações para Deus. Do íntimo de nosso sim ao mundo-criação irrompe com toda a força lógica o não a esse mundo, quando se quer absolutizar e ocupar o lugar de Deus (mun-

do-pecado). Só nessa perspectiva a "fuga do mundo" pode ser cristã.

A atitude cristã descrita em 1 Co 7,29b-31 não é um ponto secundário da vida cristã ou norma para uma elite, ou ainda mandamento circunstancial na expectativa próxima da parusia. É, isso sim, a atitude fundamental do cristão, quando toma a sério a busca do Reino (cf. Mt 6,33). Outra atitude seria adoração de ídolos (15). O cristão deve viver de tal modo que saiba — naturalmente não apenas em teoria, mas numa convicção vivida — que todos os bens deste mundo que Deus lhe deu, são relativos, devem ser ordenados segundo o projeto do Reino. Por maiores que sejam tais bens, por mais que os deva procurar para construir a cidade humana, todos eles só podem ocupar o segundo lugar em seu coração. Só um é absoluto e indispensável: Deus. Não existe bem limitado que não nos possa levar a ele, e só estamos afirmando em sua realidade o valor dos bens contingentes, enquanto estivermos dispostos a deixá-los de lado em caso de conflito com o Bem Absoluto.

Mas o Bem Absoluto que é amor, se mediatiza e historiza através de bens relativos e assim transmite sua absolutidade a bens passageiros. Quando a Epístola aos Colossenses ordena ao cristão, ressuscitado com Cristo, que busque as coisas do alto e não as da terra (cf. Cl 3,2), não está afastando o cristão da tarefa mundana. Pois "as coisas do alto" são tudo quanto antecipa o mundo futuro, todo sinal de presença do Reino (cf. GS 39). Portanto, quando a justiça, a verdade, o amor exigem mediações, sejam pessoais, se-

jam sócio-políticas ou econômicas, tais mediações participam de algum modo da absolutidade de Deus e não podem ser indiferentes ao cristão. Pelo contrário, será preciso que o cristão esteja disposto a dar a vida por elas. Mas ao mesmo tempo o cristão estará vivenciando que essas mediações não são o próprio Absoluto, mas apenas mediações históricas para o Absoluto. E, portanto, tem sentido lutar por elas, empenhar mesmo a vida, embora ele não chegue a vivê-las e a luta nesse momento não tenha êxito. Buscar o bem já é um bem, mesmo que não chegue a realizar-se na história, é somente para o Reino definitivo, antecipação da plenitude.

É nessa perspectiva que se entende a cruz de Cristo. Ela é a afirmação da absolutidade de Deus. Realizar a missão, a vontade do Pai, é posto por Jesus de tal forma em primeiro lugar, que morre por essa causa. E desta forma se mostra que até a situação-limite por excelência — a morte — pode ser caminho para Deus. Também ela é relativa. E com ela tudo quanto se deixa nesse último momento. Só Deus é Absoluto. Reconhecer a relatividade de tudo é ver no Absoluto o único sentido da vida.

Essa dialética do sim e do não ao mundo é própria de toda vida cristã e de toda vida moral (mesmo não explicitamente cristã) e hoje se expressa de preferência como "transformação do mundo" antes que como "fuga do mundo". "Fuga" diz passividade, deixar o mundo estruturado pelo pecado seguir seu caminho, enquanto busco refúgio e salvação em outra parte. Acentua mais

o negativo que o positivo da atitude cristã frente a "este mundo". "Transformação" diz atividade para que esse mundo fechado a Deus se lhe abra convertido. Sublinha, portanto, o positivo da "fuga", enquanto protesto contra o mundo de pecado.

Ambos os aspectos são uma só e mesma atitude frente ao mundo: a atitude de quem quer que "este mundo" se abra ao "mundo futuro" e assim resplandeça já aqui e agora a boa criação de Deus. Não está aqui o lugar para distinguir o religioso do cristão não-religioso. Todo cristão abandona o mundo (enquanto "este mundo"), pois o centro da vida cristã é procurar o único absoluto e assim participar da morte de Cristo que diariamente se realiza na existência do cristão, sacramentalmente se expressa na eucaristia e definitivamente culmina na própria morte. Mas há modos diferentes de assumir essa vivência central no dia-a-dia, da mesma forma que há modos diferentes de viver a morte: a morte comum, com sua ambigüidade (salvação ou condenação) e o martírio com seu caráter de expressão — que é ao mesmo tempo a realidade — da entrega a Deus em liberdade (16).

Também a "transformação do mundo" foi sempre entendida como missão do religioso, simplesmente porque missão de todo cristão. Essa "transformação" foi vivida na ação apostólica (pregação, catequese...) e caritativa do religioso (17), bem como em sua oração pelo mundo (contemplativos).

Os votos não são, pois, intensificação da entrega a Deus como "fuga do mundo", mas expressão pú-

blica, simbólica, sacramental, de uma atitude que é própria de todo cristão e que, como "fuga do mundo", é fundamentalmente "transformação do mundo".

3. Os votos, ato de religião e consagração

A segunda vertente de entender os votos como entrega a Deus foi expressa em termos de consagração. Os votos são um ato de adoração ou de religião, enquanto orienta aquilo sobre que se faz voto, para o culto e serviço de Deus (18). E é a partir daí — explica Santo Tomás — que os religiosos têm sua designação: "Chamam-se religiosos por antonomásia os que se entregam totalmente ao serviço divino, como que oferecendo a Deus um holocausto" (19).

A essa categoria muitas vezes subjaz uma concepção da relação sagrado-profano que convém mencionar agora. Segundo uma perspectiva sacralista, a realidade está dividida em duas esferas: a sagrada e a profana. A primeira pertence ao domínio da Divindade, é "santa", separada das realidades restantes; a segunda não está propriamente em oposição ao sagrado, mas frente a ele ou a seu lado, como dois campos distintos da realidade (20). Pelos votos na VR o homem (a mulher) deixa de pertencer à profanidade e passa ao campo das realidades sacras. Como con-sagrado pertence à esfera superior dos seres.

Para um cristão, a concepção da realidade em dois campos, sagrado e profano, deve ser posta em questão a partir da fé na encarnação do Ver-

bo. O Filho de Deus assumiu a natureza humana, aceitou o mundo como ele é (21). Como a palavra "aceitação" já diz, o Verbo não mudou as leis do mundo a seu gosto e para sua vantagem (cf. Fl 2,6) (22), mas ao contrário viveu no mundo "profano". Expressou-se na mentalidade da Palestina de então. Teve fome e sede. Essa aceitação do mundo faz ver que este tem valor e autonomia próprios. Assim compete ao cristão assumir esse mundo e transformá-lo seguindo as leis que lhe são intrínsecas.

Outro aspecto a partir do qual é preciso negar a dicotomia sagrado-profano é o caráter conservador (ideológico) dessa concepção. De fato, o sagrado é o campo da ordem estabelecida por Deus, do eterno, do sempre idêntico. É o que dá segurança ao mortal frente à instabilidade do profano, em constante mutação. Como esfera da ordem, o sagrado não é só garantia da ordem cósmica (as festas cíclicas sazonais asseguram a volta das estações), mas também da ordem política (p. ex.: investidura sacral dos reis). O sacerdote (homem do sagrado) será também o homem da ordem (inclusive política) (23).

Dentro dessa perspectiva o religioso, homem/mulher consagrado(a), passa pelos votos a pertencer ao âmbito da ordem estabelecida. Ora, por seu carisma, é próprio à VR justamente o questionar a ordem estabelecida que tende a absolutizar-se. É, pois, numa outra ocular que se poderá entender corretamente os votos.

Pensando os votos religiosos em termos de sagrado e profano, a teologia tradicional consagrou a metáfora "holocausto" para designar a

profissão religiosa (24). Holocausto era o sacrifício em que a vítima era totalmente destruída pelo fogo. Com essa metáfora aplicada aos votos exprimiu-se a entrega sem limites a Deus, o voto como ato de religião. A figura, proveniente da história das religiões, está intimamente conectada com a visão sacralista: o sacrifício nas diversas religiões exprimia a adoração e consistia justamente em tomar algo do domínio profano e consagrá-lo à Divindade. O holocausto era a forma de sacrifício, onde tal estrutura se realizava mais claramente: o animal sacrificado não era apenas morto (e assim tirado a uma parte do uso profano: ele podia ser alimento do homem, mas então essa refeição era sagrada), mas aniquilado, de tal modo que não servisse para **nenhuma** espécie de uso profano.

A concepção dos votos como holocausto é fruto de um pensamento coisista. A propriedade, sexualidade e liberdade são "coisas" das quais o homem se separa. E que já não pode "usar" profanamente, porque pertencem ao domínio do sagrado. Essa coisificação da pessoa deve ser considerada superada. O ser humano possuirá sempre, ainda que posua em dependência e declare que o objeto pertence propriamente à comunidade. O ser humano sentirá sempre o impulso da sexualidade. Terá sempre responsabilidade própria e a obediência só é legítima quando a ordem se coaduna com a própria consciência. É, pois, preciso ver os votos não coisificadamente, mas personalisticamente; são um caminho de vida, um modo de seguir o Evangelho. Mais ainda: é preciso ver os votos em perspectiva social, co-

mo forma de protesto à idolatria vigente. Ora, a idolatria sempre acaba constituindo o ter, o poder e o prazer como absolutos. Mas a forma de instaurar esses ídolos e adorá-los se diversifica historicamente. O Documento de Puebla desmascara a forma atual, secularizada, de adoração aos ídolos (25). Como expressão da absolutidade de Deus frente aos ídolos modernos, será preciso entender a pobreza como solidariedade com o oprimido, a obediência como renúncia ao poder opressor e submissão ao projeto de Deus para a libertação do povo, a castidade como personalização do amor (e como se trata de castidade celibatária: de um amor de dedicação total ao outro, um amor que esteja aberto a todos, a partir dos pobres).

Mas a concepção dos votos como ato de religião não precisa necessariamente aceitar a dicotomia sagrado-profano. É possível explicá-la em outros termos. A toda realidade em sua contingência está inerente e é necessária uma referência a Deus. O uso de qualquer criatura só é reto, quando a criatura não se absolutiza e não ocupa **de fato** o lugar de Deus. O religioso quer exatamente afirmar em sua vida, provocativamente, a relatividade das criaturas e a absolutidade de Deus. Dentro dessa perspectiva, mesmo com abandono do modo de pensar sacralista, a intenção íntima dessa visão tradicional permanece válida: o(a) religioso(a) é o adorador de Deus, a pessoa que com sua vida por meio de Cristo, no Espírito Santo, afirma e reconhece a absolutidade do Criador. Mas, para entender o sentido permanente da concepção tradicional, é preciso colocar a "religiosidade" do

(da) religioso(a) no contexto da vivência cristã única.

A VR é apenas **um** dos modos possíveis de viver no seguimento de Jesus. Ela é "religiosa", porque todo viver cristão é "religioso". Religião é afirmar vivencialmente a absolutidade de Deus (26). Ora, todo cristão deve essencialmente fazê-lo (ao menos no momento da morte, se a morte é realmente cristã). Assim todo cristão é um adorador de Deus em espírito e verdade através de sua simples vida cristã. Tal é a idéia bíblica de que a vida toda do cristão é culto a Deus, adoração a Deus (28).

O emprego da metáfora "sacrifício" para designar a vida cristã não é objeção à crítica anterior sobre os votos como holocausto, pois o elemento coisista não aparece aqui. Não há bens de que os cristãos se separem para oferecê-los a Deus. A concepção bíblica (como também a helenística) é uma crítica aos sacrifícios pagãos e judeus e sua realidade "carnal" (enquanto a expressão "holocausto" era exatamente o contrário, a revivescência da idéia de sacrifício). O verdadeiro sacrifício é a atitude moral interna e esta não necessita exteriorizar-se na matança de animais e sim numa vida moral. Portanto: cada cristão — com ou sem votos — exerce adoração de Deus, a virtude da religião, se vive como convém a um cristão, isto é, se se entrega a Deus em liberdade. No estado de decisão por Deus o cristão o honra em todos os seus atos bons e exercita a virtude da religião, talvez de forma inconsciente, mas em todo o caso verdadeiramente.

4. Os votos acrescentam méritos

Outro aspecto da visão tradicional sobre os votos é a duplicação de méritos operada por eles. A virtude que é objeto do voto, tem por si mérito. Ao ser assumida no voto os atos correspondentes não são só atos da virtude em questão, mas, por força do voto, também atos da virtude da religião. Assim se um cristão comum pratica um ato de castidade tem o mérito dessa virtude; se o religioso o pratica, além do mérito da castidade, tem também o da religião. Correspondentemente o pecado é duplo (29).

Abstraindo da contabilidade espiritual que assim se estabelece entre Deus e o homem e carrega consigo o perigo de uma prática farisaica de justificação pelas obras, a essa concepção está subjacente um discutível conceito de virtude (30). Pressupõe-se que cada vez que alguém põe um ato "material" de castidade — para continuar no exemplo dado — automaticamente está exercendo a virtude da castidade (e ainda por cima — se tem votos — a virtude da religião).

Tal concepção esquece que a virtude para ser virtude deve ser exercida em liberdade e nos põe em estado de "virtuosidade". Isto é: se alguém, numa questão de peso tem que tomar uma decisão e se decide pelo bem, exerce a virtude correspondente e **se torna** um homem virtuoso (a virtude é um estado!) até que por outra decisão moralmente má em assunto grave mude, em liberdade, seu estado de antes, fazendo-se pecador. Portanto: a virtude da religião não se exerce automatica-

mente em todo e qualquer ato das virtudes de que se fez voto, mas no momento em que alguém, por sua vida religiosa, em liberdade, afirma a absolutidade de Deus. Isso **pode** se dar na decisão para a VR (portanto, antes dos votos), mas também pode acontecer só mais tarde ou talvez nunca. A partir desse momento, a pessoa se torna um "adorador de Deus", um "religioso" (no sentido etimológico da palavra) até que mude seu estado de decisão com uma outra decisão de igual intensidade.

Todas as ações praticadas no estado de decisão por Deus e segundo esse estado são ações virtuosas, brotam da decisão fundamental existente. As más ações "veniais" deliberadas (pecados veniais) são pura inconseqüência moral. Saber se alguma vez entramos em estado de decisão por Deus é questão a ser entregue às mãos do Senhor: desista-se do intento inútil de contar ou medir as virtudes. O princípio de Paulo é sempre válido: "Operai vossa salvação com temor e tremor" (Fl 2, 12).

II. CONTRIBUIÇÃO A UMA TEOLOGIA DOS VOTOS E DA VIDA RELIGIOSA

Na própria discussão da teologia tradicional já afloraram elementos a serem incluídos numa teologia dos votos e da VR. Nesta parte serão apenas elaborados dois aspectos importantes: a fundamentação antropológica e eclesiológica dos votos.

1. Os votos como promessa

Define-se classicamente o voto como "promessa feita a Deus" (31).

Promessa é um exemplo característico do que a hodierna filosofia da linguagem chama de atos performativos, nos quais o próprio dizer já é fazer alguma coisa (32). Mas, se por um lado prometer já é fazer algo, por outro implica uma tarefa a ser realizada que o homem assume livre e responsavelmente. Nesse ato e na tarefa decorrente entram em questão atitudes que engajam o homem no que lhe é mais típico: a fidelidade, o compromisso, a liberdade (33).

Dessa forma em todo ato de prometer já há um transcender-se do homem. Prometendo (o que quer que seja, a quem quer que seja) o homem se ultrapassa e aponta para o âmbito do mistério. Poder prometer é típico do ser humano. O animal não pode prometer. De fato, promessa supõe liberdade. Quem promete algo, desprende-se do momento atual e liga-se para o futuro. Cada promessa é um ato de transcendência: ultrapassa a situação momentânea e antecipa o futuro. O sujeito se desliga do sentimento presente e se compromete para o futuro, embora não saiba se amanhã ainda terá gosto em fazer o que prometeu. Comprometer-se é ato de extrema liberdade e ao mesmo tempo de total determinação (mas **autodeterminação** e justamente por isso liberdade). Quem não se liga, não é livre, pois se deixa levar a cada momento pelo humor (bom ou mau). E liberdade não é a arbitrariedade de deixar-se levar pelos ventos. Liberdade é **autodeterminação**.

Mas não qualquer **autodeterminação** realiza a liberdade. Só a auto-

determinação por outrem que seja também liberdade, determina-se pela outra liberdade. Ora, promessa e a correspondente fidelidade — diz sempre relação a outrem. Promete-se algo a outrem. Alguém é fiel a outrem. Promessa estabelece relação, mas não qualquer relação. Ela é um ato de confiança. Confiança em que o outro se mostrará digno de minha fidelidade e retribuirá fidelidade com fidelidade. A promessa — e a fidelidade que dela deriva e a que ela dispõe o sujeito — é um atirar-se à imprevisibilidade própria e alheia. Quem promete, entrega-se ao imprevisível, àquilo de que não pode dispor. Desta forma, a promessa é também um ato de esperança num futuro que não está totalmente em minhas mãos.

Desta forma a promessa é, por si, lugar possível de experienciar a transcendência. A pessoa se transcende para viver de uma esperança que já não provém dela mesma. É um atirar-se ao mistério sobre o qual não pode dispor. Prometer é risco e aventura. Impossível intento, se o homem o quer realizar confiando em suas próprias forças.

O que vale de toda promessa, a fortiori vale dos votos como promessa a Deus: é espaço de transcendência que se tematiza como o próprio Deus, e, nesse sentido, é ato de religião. O voto, como promessa, é expressão máxima da confiança em Deus. É entrar na aventura de um futuro imprevisível, confiando unicamente na graça. Mas, ao mesmo tempo, sabendo que é ao Deus fiel que se promete. Deus que não falha em sua fidelidade. É entrega

ao. Outro, só possível numa resposta apaixonada ao Amor que nos amou primeiro.

2. Os votos como compromisso no foro da Igreja

Como promessa a Deus, os votos dão propósito de estabilidade a uma atitude humana. Por isso, quem se liga por votos no foro público da Igreja, constitui nela um **estado de vida**. Como a palavra diz: um grupo **estável**. Como grupo estável, os religiosos (as religiosas) constituem na Igreja um **sinal**.

O sinal existe para chamar a atenção e provocar à ação. Essa a função da VR na Igreja. Em relação às outras formas de vida cristã, ela se caracteriza por querer ser um modo **provocante** de viver a "fuga do mundo" ou — o que vem a ser o mesmo — a afirmação da absolutidade de Deus. O religioso o fará por vocação especial para ser na Igreja sinal vivo e estável de uma decisão existente em todos os que vivem seriamente o ser cristão. É uma forma característica de participar da sacramentalidade da Igreja. A decisão pública e solene expressa pelos votos mostra na visibilidade simbólica do foro público da Igreja a presença e a vitória da graça no mundo. Sua atitude espelha a existência, na Igreja, de participação vivida (e não apenas sacramental) na morte de Cristo e na afirmação da absolutidade de Deus frente a todo relativo e criado. Pela proclamação solene da renúncia a bens fundamentais (ainda que — como todo criado — relativos) a VR adquire na Igreja a propriedade de sinal do

caráter escatológico próprio ao tempo inaugurado pelo mistério pascal. Mas também pelo aspecto positivo da vivência fraterna — intrínseca à VR — testemunha o Reino como convívio alegre de irmãos, onde cada um vive e se afirma ao dar a vida em favor dos outros. O religioso, professando na assembléia dos fiéis que os bens do mundo não podem dar o sentido último à vida cristã, proclamam que o discípulo de Cristo deve usá-los como se não os disfrutasse (cf. 1 Co 7, 29b-31) e provoca os outros membros da Igreja à mesma atitude do "como se", que é a única que deixa a Deus o lugar que lhe compete em nossa vida: não apenas o primeiro lugar, mas o primeiro e único lugar. Todo o resto é relativo e dispensável, só Deus é absoluto e indispensável. E tudo quanto presentifica Deus e seu Reino no aqui e agora da história contingente. Essa atitude torna-se visível na Igreja no momento da emissão dos votos e a Igreja a reconhece e aceita através de seu ministro como expressão da sacramentalidade eclesial.

Mas o caráter de sinal, próprio à VR, nada diz sobre a fidelidade real de cada indivíduo e de cada comunidade. Ela só exige que na VR **como tal e como todo** haja pessoas e comunidades que não só mostram exteriormente sua fidelidade a Deus (pelos votos feitos no foro público da Igreja), mas realizam interiormente aquilo de que são símbolo. Tais pessoas sempre existirão, pois a Igreja é o sacramento visível da graça de Deus vitoriosa.

Por aqui se pode distinguir o religioso do não-religioso. O voto dá

ao seguimento de Jesus na oposição à idolatria um caráter de sinal. O conteúdo anti-idolátrico deverá ser vivido por todo cristão autêntico na solidariedade com o pobre, na obediência da fé, pondo-se a serviço uns dos outros na busca constante da vontade de Deus, e, enfim, no respeito ao corpo próprio e do outro que é pessoa. A forma de viver esse conteúdo será diversa: na VR marcada pela comunidade fraterna, pela missão comum e pelo celibato "em vista do Reino dos Céus"; nas outras formas de vida cristã o acento será diverso, p. ex., pela vivência do matrimônio "no Senhor" (cf. Cl 3,18), pela tarefa política em diferentes partidos etc.

Mas, com a afirmação do caráter de sinal da VR, não se volta à preeminência da mesma sobre as restantes formas de vida cristã? Valha como resposta uma comparação tomada da teologia sacramental. A teologia católica sabe que Deus é soberanamente livre e pode comunicar-se ao homem com ou sem sacramentos. No entanto, os sacramentos não são secundários, porque continuam a economia salvífica da encarnação e o caminho de Deus é doar-se através da visibilidade dos sinais: assim foi na encarnação, assim é na Igreja e nos sacramentos. O novo que a Igreja e os sacramentos apresentam com relação à graça dada aos não-cristãos, é que a graça se dá então de maneira explícita e consciente, mediada pela dimensão visível. Desta maneira, o aspecto eclesial dos sacramentos é o mais característico: o que pode realizar-se também no recôndito do coração, entre Deus e o indivíduo, faz-se sacramentalmente na visibilidade da comunhão ecle-

sial, em expressividade encarnatória. Não é assim que Deus dá a graça e por isso a pessoa entra em relação com a Igreja, mas sim que através do relacionamento visível com a Igreja (o ser incorporado na Igreja pelo batismo, o reconciliar-se com a Igreja pela penitência, o ser delegado para presidir a comunidade na ordem etc.) a pessoa entra em relação com Deus, Deus se doa ao ser humano em amor.

De modo semelhante, com os votos o cristão se entrega a uma missão na Igreja, a de ser testemunha escatológica. Através desse fato social de oferecer-se à Igreja para essa função e de ser aceito por ela, a pessoa entrega-se a Deus como religiosa. Naturalmente esse fenômeno visível supõe a ação invisível da graça e a decisão do indivíduo no diálogo pessoal com Deus, mas enquanto a atitude não se consubstancia no ato público da profissão religiosa, a pessoa pode viver muito exemplarmente segundo os conselhos evangélicos, mas não vive no **estado** religioso, não tem a missão oficial da Igreja. Por aqui se entende o diverso grau de compromisso dos votos que perde sentido sem esse componente eclesial. O compromisso não depende apenas do votante e de sua atitude interior, mas também da medida em que a Igreja lhe reconhece força de obrigatoriedade.

A VR não é mais que as outras formas de viver o Evangelho. Quem a abraça, simplesmente reconhece ter a função de sinal, quase-sacramento, do que todos os cristãos — inclusive os religiosos — se empenham em viver. Esse o sentido da afirmação de que a VR "é, por si

mesma, evangelizadora” (Puebla 721). A essa vocação os religiosos poderão ser fiéis ou não, mais fiéis ou menos fiéis, como qualquer outro cristão a sua vocação particular.

Por ser sinal, a VR é marcada pelas diversas épocas históricas, pois todo sinal quer dirigir-se a um receptor que o entenda. Por isso a VR recebeu diversos acentos crítico-sociais conforme as necessidades do tempo. Os primeiros monges do deserto acordaram um cristianismo em perigo de simplesmente substituir a religião pagã estabelecida, esquecendo o ideal do martírio e a relativização de todo e qualquer bem terreno. As ordens mendicantes souberam lançar um protesto contra o perigo da riqueza cômoda do clero medieval. Inácio de Loyola exigiu mobilidade numa Igreja em perigo de aburguesamento. As fundações do século passado, voltadas em geral para as novas necessidades surgidas com o advento da revolução industrial e do capitalismo, responderam a situações novas, mesmo que não as tenham sabido explicitar devidamente por falta de instrumental de análise que mostrasse as verdadeiras raízes dos problemas e, portanto, onde atacá-los mais eficazmente. A nova forma de VR que surge na América Latina hoje, na inserção na vida do povo, responde ao desafio proveniente de uma situação sócio-político-econômica exacerbada pelo capitalismo dependente periférico.

Se cada ordem e congregação foi resposta a uma atitude do tempo em que surgiu (e na medida em que acertou com a crítica, tomou maior ou menor importância na vida da Igreja), com o correr dos anos é seu

dever renovar-se com um exame de consciência, em que confronte seu carisma original com as novas exigências da Igreja e da sociedade.

No que diz respeito aos três votos comuns a todos os institutos e característicos da VR como tal, será necessário repensá-los como elemento de crítica social e relativização das tendências atuais absolutizantes. Dentro dessa perspectiva a pobreza deverá tomar cada vez mais o aspecto de crítica à sociedade injusta e solidariedade com suas vítimas. O segundo voto apresenta uma enorme atualidade crítico-social face ao pansexualismo avassalador. E a obediência deverá ser revalorizada numa linha relativizadora da tradição de liberdade pessoal individualista, esquecida de inserir-se num corpo social. Todo empenho pela renovação atual da VR deve ser uma luta por que ela se mantenha na Igreja como símbolo compreensível do caráter escatológico de nossa era depois e em seguimento da morte de Cristo.

A VR tem assim uma dimensão eclesial e, com isso, social profunda, dimensão que lhe é intrínseca. A decisão para a VR nunca é nem pode ser um fato individualista, mas tem sempre necessariamente a função eclesial e social de testemunhar perante os irmãos e de provocá-los a questionar-se em seu seguimento de Cristo. Essa vocação de sinal escatológico pode assumir diversas formas: do silêncio à pregação. Enquanto é entrega a Deus no foro público da Igreja, a VR só poderá sê-lo como entrega aos irmãos, nas condições concretas em que vivem.

(Na página seguinte: NOTAS)

(1) Cf. Cân. 573 com a nota da edição brasileira (Jesus HORTAL): São Paulo: Ed. Loyola, 1983, p. 270s, onde se explica que "vínculo sagrado" implica um ato da virtude da religião (e, portanto, exclui a promessa ao Instituto). (2) **S. Th.** II-II q. 88 a. 2. (3) **S. Th.** I-II q. 108 a. 4. (4) Cf. **S. Th.** II-II q. 184 a. 5. (5) **S. Th.** II-II q. 184 a. 4. (6) Cf. Bruno SCHÜLLER: **Gesetz und Freiheit**. Eine moraltheologische Untersuchung. Düsseldorf: Patmos-Verlag, 1966, 61-75. (7) Cf. Karl RAHNER: **Das Dynamische in der Kirche**. Basel-Freiburg-Wien: Herder Verlag, 1958, 2ª ed., 74-148. (8) Santo Tomás já o percebera de alguma forma, reconhecendo que em determinadas circunstâncias um conselho pode tornar-se preceito e exemplifica com a contingência a que um cônjuge é obrigado pela enfermidade de outro. Afirma inclusive que não há conselho que não se possa tornar preceito: **S. Th.** II-II q. 124 a. 3 ad 1. (9) **S. Th.** I-II q. 108 a. 4. (10) Joseph RATZINGER: "Zur Theologie der Ehe", Em: **TüThQ** 149 (1969) 53-74 (cit.: 74). Sobre a posição protestante nesse ponto, veja as observações de grande abertura ecumênica de Peter BRUNNER: "Theologie der Ehe als ökumenische Aufgabe". Em: **KuD** 19 (1973) 157-185 (aqui: 179-182). (11) Cf. Ignacio PEÑA: **La desconcertante vida de los monjes sirios: siglos IV-VI**. Salamanca: Ed. Sigueme, 1985. (12) Cf. Hermann SASSE: "aiôn, aiônios". Em: **ThWNT** I (1933), 197-208 (aqui: 205-207). ID.: "kosmoô, kosmos, kosmios, kosmikos". Em: **ThWNT** III (1938), 867-898 (especialmente: 883-896). (13) Cf. Heinrich BALTENSWEILER: **Die Ehe im Neuen Testament**. Exegetische Untersuchungen über Ehe, Ehelosigkeit und Ehescheidung. Zürich-Stuttgart: Zwingli Verlag, 1967, 167-174. (14) Em geral se traduz também o último membro com a mesma palavra portuguesa: "os que usam deste mundo, como se não o usassem plenamente" (**BJ**). Mas os verbos gregos são distintos: **chraomai** — **katachraomai**, embora o segundo seja derivado do primeiro (na tradução da **BJ** a diferença é

marcada pelo advérbio "plenamente"). (15) Cf. Francisco TABORDA: **Cristianismo e ideologia: ensaios teológicos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1984, 214-219. Pablo RICHARD: "Nossa luta é contra os ídolos". Em: **A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca de Deus libertador**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982, 9-38. J. Severino CROATTO: "Os deuses da opressão". *Ib.*, 39-66. Franz HINKELAMMERT: "As raízes econômicas de idolatria: a metafísica do empresário". *Ib.*, 227-265. (16) Cf. Karl RAHNER: **Zur Theologie des Todes**. Freiburg-Basel-Wien: Herder Verlag, 1965, 5ª ed. João Batista LIBÂNIO — Maria Clara L. BINGEMER: **Escatologia cristã: o novo céu e a nova terra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985, 146-177. (17) Houve ordens religiosas dedicadas à libertação dos cativos, ao cuidado dos enfermos, à libertação da Terra Santa, à construção de pontes... (18) Cf. **S. Th.** II-II q. 88 a. 5. (19) **S. Th.** II-II q. 186 a. 1. (20) Cf. Engelbert STIGLMAYR: "Profan". Em: **LThK** VIII, 782s. (21) Naturalmente para compreender a encarnação deveria perguntar-se sobre as condições de possibilidade do mundo para que o Verbo se encarnasse. Dentro dessa perspectiva, Karl RAHNER responde: o mundo foi criado de tal forma que pudesse ser o ambiente do Verbo, se este se "exteriorisasse". Cf. "Probleme der Christologie heute". Em: **Schriften zur Theologie I**. Einsiedeln-Zürich-Köln: Benziger Verlag, 1964, 7ª ed., 169-222. "Zur Theologie der Menschwerdung". Em: **Schriften zur Theologie IV**. Einsiedeln-Zürich-Köln: Benziger Verlag, 1964, 4ª ed., 137-155. (22) Antes pelo contrário: o mundo (e o homem) foi criado tal que o Verbo pudesse encarnar. Cf. nota anterior. (23) Cf. Jean COLSON: "Os ministérios eclesiais e o sagrado". Em: **Concilium** 1972/nº 10, 1290-1299 (bibliografia na p. 1291, nota 1). (24) Cf. **S. Th.** II-II q. 186 a. 8. (25) Cf. **Puebla** 491-506 e trabalhos citados na nota 15, acima. (26) Quando Tg 1,27 diz que "a religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisto: em

assistir os órfãos e as viúvas em suas tribulações e em guardar-se livre da corrupção do mundo”, não está mais que historicizando a afirmação acima. De fato, num mundo onde há “viúvas” e “órfãos”, isto é, pessoas que estruturalmente são marginalizadas, a adoração a Deus se mediatiza na reversão dessa situação e assim no guardar-se da corrupção vigente. (27) Cf. obras citadas acima na nota 16. (28) Cf. Rm 12,1; 15,16; 1 Pd 2,5; Jo 4,24. A respeito: Albert VANHOYE: **Sacerdotes antiguos, Sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento**. Salamanca: Ed. Sígueme, 1984, 249-316. (29) Cf. S. Th. II-II q. 186 a. 10. (30) Cf. Bruno SCHÜLLER: ob. cit. na nota 6. Marciano VIDAL: **Moral de atitudes**. 1. Moral Fundamental. Aparecida: Ed. Santuário, 1983, 2ª ed., 655-693. Bernhard HARING: **Livres e fiéis em Cristo**. Teologia moral para sacerdotes e leigos.

Vol. I: Teologia Moral geral. São Paulo: Ed. Paulinas, 1979, 183-191. R. RINCÓN ORDUÑA — G. MORA BARTRES — E. LÓPEZ AZPITARTE: **Práxis cristã**. Vol. I: Moral fundamental. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, 383-403. (31) S. Th. II-II q. 88 a. 2. (32) Cf. J. L. AUSTIN: **Quand dire, c'est faire**. Paris: Ed. du Seuil, 1970. (33) Cf. Walter KASPER: “Die Verwirklichung der Kirche in Ehe und Familie. Überlegungen zur Sakramentalität der Ehe”. Em: **Glaube und Geschichte**. Mainz: Matthias Grünewald, 1970, 330-354 (aqui: 336-340). Klaus DEMMER: **Die Lebensentscheidung**. Ihre moraltheologischen Grundlagen. München-Paderborn-Wien: Verlag Ferdinand Schöningh, 1974. Bernhard HARING: **Livres e fiéis em Cristo**. Teologia Moral para sacerdotes e leigos. Vol. II: A verdade vos libertará. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982, 59-80. □

Nosso perdão e o perdão de Deus

- Leitor 1 — Posso perdoar, mas não posso esquecer. Quero perdoar, mas não posso.
- Leitor 2 — O que se quer, realmente, dizer é que não se quer perdoar. Quer se agarrar na satisfação que se recebe por alimentar o ressentimento. Simplesmente não quer deixar de lado as coisas. Exige-se que o outro reconheça a culpa, que ofereça compensações, que seja punido, para se abandonar o ressentimento, para se livrar do veneno que corrói.
- Comentário — Cultivar ressentimentos não é boa política nem boa filosofia de vida. É construir um castelo de cartas que se apóiam mutuamente sem alicerce nem base. Neste campo é princípio elementar ter uma grande memória para esquecer. Na oração do Pai Nosso pedimos: “Perdoai as nossas ofensas **ASSIM COMO** nós perdoamos...” Pelo visto, teremos de mudar para: “Perdoai as nossas ofensas **MELHOR** do que nós perdoamos...” Deus perdoa incondicionalmente. Gratuitamente. Sem ditar compensações, nem referências, nem balizas. Seu perdão é dom. Oferta gratuita. Iniciativa de absoluta primazia dEle. Aguarda, apenas, nossa aceitação, nossa adesão, nosso acolhimento (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

EVANGELHO, ENCARNAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

OU "COMPROMETIDOS COM O REINO E PAIXÃO PROFÉTICA"

*Atitude espiritual de discípulo: viver na fé
de que Deus é graça e na confissão
que somos pecadores, sem fazer do pecado
motivo de desespero ou palco das próprias exposições.*

Frei Neylor J. Tonin, OFM
Rio de Janeiro, RJ

01. Escolhemos, como refrão ou lema de nossa Assembléia: "Comprometidos com o Reino e Paixão Profética". Os dois hemistíquios deste refrão têm como tônica a pessoa: nós é que queremos nos comprometer, com uma paixão profética, com o Reino. Trata-se de uma dimensão importante, cogente, incontornável, mas também parcial e unilateral, pois este nosso comprometimento com a causa de Cristo repousa, preliminarmente, sobre a graça de Deus e seu chamamento. Nós queremos estar do lado de Cristo, apaixonadamente, comprometidos com seu Reino, mas, antes disso, Deus quis estar do nosso lado, encarnando-se em nossa realidade e nos oferecendo um Evangelho de Libertação e Alegria, que deve ser vivido, 'com temor e tremor', na transparência.

Em vista disso, estamos propondo o tema desta manhã: "Evangelho, Encarnação e Transparência (e Pudor)". Nestes três conceitos, principalmente nos dois primeiros, procuraremos resgatar o outro pólo do mistério, ou a tônica de gratuidade que todos os nossos esforços anunciam, pois eles só são possíveis quando amparados e animados pelo Espírito Santo de Deus. Nossa reflexão, por isso, será principalmente, de ordem espiritual. Partimos do fato de que há, no mundo e na realidade da vida, uma pulsação que não é captável nem cercável pelo suor de nossos esforços; dela não nos apoderamos pelas disposições de nossa vontade. Jesus, com certeza, terá acenado para esta verdade libertadora, quando disse: "O Reino de Deus é de graça" e "não vem ostensivamente" (Lc 17,20). Nossa disposição, por isso, se é, por um

lado, de compromisso e paixão, deverá ser, por outro, de humildade, adoração e pudor. Não podemos maltratar o mistério da vida com as arremetidas intempestivas de nossa intemperança.

02. Jesus, o mistério vivo de Deus. Este pensamento é de Orígenes, segundo o qual, Jesus seria "o Evangelho de Deus", ou "a palavra viva de Deus". Isto significa que, no NT, quando se completa a Revelação do Deus bíblico, as Tábuas da Lei são uma pessoa viva. O Povo Eleito, por isso, já não treme mais, afastado por uma cerca e de banho tomado, diante de um Deus tremendo, que se deixa ficar no alto do Monte Sinal, mas senta-se, coberto pelo pó das estradas e na maior intimidade, em torno de um Rabino que revela e esconde, ao mesmo tempo, a verdade misteriosa de Deus e o mistério divino de sua própria vida.

Jesus, por isso, é o coração de nossa vida espiritual, ou de nossa Espiritualidade, de nosso modo-de-ser. A cor de nossa vida é tanto mais viva e definida, a nossa música é tanto mais sonora e afinada, a nossa pulsação é tanto mais ritmada e normal, quanto mais nós, cristãos, nos identificarmos com Cristo, ou quanto mais Ele for a nossa cor, música e pulsação. Ele é, como diziam os Santos Padres, o 'typicon' (a norma) de nossa vida, o ponto-referencial de nossas opções.

Ser cristão não é essencialmente sobraçar um livro, mesmo que seja a Bíblia, mas seguir uma pessoa; não é obedecer fielmente a mandamentos, mas receber, de graça, uma

justificação que nos vem da vida de Cristo, que é quem nos reveste com a Sua glória. São Paulo afirma que Jesus é "a realidade" e "o mistério", pois só Ele é dominador da morte e vive para sempre (Cartas aos Colossenses e Efésios). Em vista disso, nós só podemos ser consistentes e subsistentes, espiritualmente, quando enraizados n'Ele.

Seguir o Evangelho, comprometer-nos com o Reino significa gravitarmos, de forma sempre mais definida e definitiva, absoluta e dependente, deste centro unificador e propulsor que é Jesus Cristo. É Ele quem dá consistência à nossa paixão profética; é Ele quem denuncia, tira o pecado do mundo e salva o pecador, restaurando todo o universo. Ser de Cristo, conseqüentemente, se é uma opção, feita na liberdade, é igualmente um caminho de superação das próprias escravidões e um ideal de plenitude e intensidade máximas para o ser humano.

Esta verdade é inconcussa, dentro da Espiritualidade, e ponto de partida e chegada para todas as nossas tentativas humanas e religiosas. Na hora em que queremos nos comprometer com o Reino, vivendo o Evangelho, com paixão profética, devemos voltar a estabelecer, como pedra fundamental para a construção de nossa casa, a pessoa, a realidade e o mistério de Cristo.

03. Um completo perfil de Cristo. A alma e o perfil de Cristo aparecem, de forma eloqüente e concentrada, no retrato que Lucas nos dá d'Ele, em sua grande viagem da Galiléia a Jerusalém. Os capítulos 9,51-19,28 são o coração do Evan-

gelho lucano. O Evangelista dispôs, nestes capítulos, de uma forma didática e, sem dúvida, artificial, a verdadeira doutrina de Cristo sobre o Reino e, por tabela, nos deixou o seu jeito-de-ser-e-pensar. Foi, pelo que aí se prega, que Cristo deu a sua vida. Vamos resumir, em dez pontos, o núcleo mais central da mensagem de Cristo e os traços espirituais que deverão apresentar seus seguidores:

3.1. Jesus, diz Lucas, segue "resolutamente" para Jerusalém (9,51). Há o medo da grande cidade e do confronto com os chefes religiosos do Povo, mas há também a necessidade de obedecer ao Espírito de Deus que o move.

3.2. O seguidor de Cristo terá que enfrentar os mesmos medos, abrir mão dos direitos mais sagrados, como cumprimentar os de sua casa e enterrar seus mortos (9,60.61), se quiser abraçar, em primeiro lugar, o Reino e sua Justiça.

3.3. O discípulo é um 'enviado', que se despoja de tudo (calçado, bolsa, bastão, etc.) e que só tem uma riqueza: o anúncio do Reino. Pode ser acolhido, e deve se alegrar; pode ser rejeitado, e mostrar-se forte, fazendo-se sempre um mensageiro da paz e denunciador da dureza dos corações. Ele não fala de si nem por si, mas de Deus e do Reino dos Céus. E se alegra não porque conquistou as pessoas para a causa que prega, mas porque Deus o recompensará, inscrevendo seu nome no céu (10,26).

3.4. Há um grande e maior mandamento, ou dois: Amar a Deus e

amar ao próximo. O Evangelho não faz a apologia de um em desfavor do outro. Às vezes, diz o Evangelho, é mais urgente obedecer a um, o que não seria um desrespeito ao outro (cf. parábola do Bom Samaritano, Lc 10,30-37). Ambos são absolutamente importantes, tanto que um seguidor de Cristo deve dar a vida seja por Deus, seja pelo irmão. Os dois são os trilhos sobre os quais corre o trem de nossa vida. Desestabilizar a um seria perder o sustentáculo do outro e não chegar conseqüentemente, a lugar nenhum.

3.5. O Reino de Deus não se submete a nenhum outro valor, devendo o discípulo abandonar tudo e odiar até seu pai, mãe e todos os bens, a fim de buscar unicamente a pérola preciosa que está escondida, mas pela qual vale a pena vender tudo, só com o fito de adquiri-la (14,25-33 e a história do Jovem Rico, 18,18-25).

3.6. O Reino de Deus não é um ganho que se faz de uma vez por todas. Sua natureza é de lento crescimento, sob a ação do fermento da graça de Deus (13,21). Ele tem como destino a grandeza e o acolhimento, a exemplo da parábola da semente de mostarda (13,18s). Ao homem é preciso que tenha paciência, pois a seara cresce mesmo quando ele dorme: os anjos de Deus trabalham o seu campo; ele não está sozinho.

3.7. Ele não está sozinho: Deus é seu Bom Pastor, conhece as ovelhas pelo nome e corre atrás de alguma que se tenha desgarrado (15, 1-7). Deus tem paixão por suas criaturas. Assim disse Nietzsche,

pela boca do Louco, em praça pública: "Deus morreu! Morreu de paixão pelo homem!" (Parábola da dracma perdida e do Filho Pródigo, em 15,8-10; 15,11-32).

3.8. O Reino de Deus só se conquista 'em direção a Jerusalém', que apedreja e mata seus profetas. Há uma derrota pela frente para os que são 'filhos da luz', uma vez que 'os filhos das trevas são mais avisados que eles' (16,8). As portas deles são largas e largas as estradas, enquanto que para os seguidores de Cristo estão menos armados para as lutas deste mundo.

3.9. Se o Reino de Deus é graça, e graça pura, esta graça, no entanto, não subsiste sem o esforço da pessoa; ela não pode enterrar seus talentos, pois Deus é severo, exige o que não dá e colhe onde não plantou. A lógica a determinar a hora do Reino é sempre a de Deus, mas a pessoa deve estar preparada para quando os noivos chegarem e a hora da festa acontecer.

3.10. Há uma série de atitudes espirituais que o discípulo deve apresentar e das quais apresentamos apenas 10, cinco positivas e cinco negativas.

Positivas

1) Fazer bem o que se está fazendo, entregando-se de corpo e alma, com alegria, ao nosso trabalho, sem reclamar e cobrar dos outros (história de Marta e Maria, em Lc 10,38-42).

2) Ser honesto, privilegiando a integridade da vida, sem a presunção de títulos e status; o que vale

mais do que dar à luz o Filho de Deus, é ouvir e praticar Sua palavra (11,27s).

3) Receber o Reino de Deus com alegria como uma criança recebe um brinquedo desejado, sem pensar em termos de grandeza e de méritos. Ser singelo com as coisas grandes (18,15-17).

4) Viver na gratidão, como o samaritano que é curado de sua lepra (17,11-19) e na simplicidade, mesmo que se tenha feito tudo o que deveria ser feito; mesmo assim, ainda dizer: "Somos servos inúteis!" (17,10).

5) Viver na fé de que Deus é graça e na confissão que somos pecadores, sem fazer do pecado um motivo de desespero, nem um palco para as próprias exhibições (história do Fariseu e do Publicano, em 18,9-14).

Negativas

1) Não ser hipócrita, o grande pecado denunciado por Cristo, mas verdadeiro; não pregar-se a si mesmo, como se fôssemos donos da verdade (os vários 'ais' de Cristo contra os Fariseus e Doutores da Lei, em 11,37-53).

2) Não alimentar uma mentalidade interesseira, convidando para banquetes apenas os amigos e pessoas influentes, mas sim os pobres, os deficientes e os chatos (14,12-14). Se tudo é graça, fazer tudo de graça.

3) Não ter um coração duro, como o irmão do Filho Pródigo (15,25-32), mas fazer e participar da festa da vida.

4) Não abusar das riquezas, desprezando os lázaros que ficam à nossa porta (16,19-31).

5) Não ser chorão, lamuriante, mas corajoso e apaixonado pela vida (12,1-12).

Eis, colocados juntos, no espaço curto de alguns minutos, alguns traços fundamentais para um retrato aproximadamente perfeito de Cristo. Emerge destes traços um Cristo verdadeiramente apaixonante. Nós, que queremos nos comprometer com o Reino, devemos viver fascinados por Jesus Cristo, dando nossa vida, com grandeza, a uma causa tão grande, passando por cima de mesquinhas infortúnias inevitáveis, sem demorarmos em insignificâncias e sem perder nosso tempo na contemplação da cauda de nossos pecados, que se arrasta pelos lamaçais da vida. O verdadeiro discípulo tem um olho espiritual, o 'olho do coração', que não se desprega de seu Mestre e é este olho que lhe ensina que tudo é relativo e que mesmo a Cruz não é o fim.

04. A encarnação de Cristo e as nossas encarnações. Os Evangelhos e demais escritos do NT delineiam, esparsadamente, uma Teologia da Encarnação. Vamos resumí-la em 10 pontos, sem a pretensão de sermos completos, procurando extrair o significado dela, numa aplicação direta à nossa vida.

4.1. Cristo, sendo rico, se fez pobre, sendo Deus, fez-se criatura. ENCARNAR-SE, para nós, significa deixar, abandonar, empobrecer-se, tornar-se menor, perder 'status', assumir outra identidade, revestir-se de outros 'panos', viver uma outra

realidade e aceitar o destino dos outros, que são menores do que nós.

4.2. Cristo veio para o que era seu e os seus não o receberam. ENCARNAR-SE, para nós, significa mergulhar para dentro do que é mais nosso, nossa humanidade, correndo o risco de não chegarmos à plenitude de nós mesmos ou, numa palavra, de sermos um fracasso. Não nós, mas somente Deus pode salvar-nos do fracasso final.

4.3. Cristo não lutou sozinho, mas criou uma comunidade. ENCARNAR-SE, para nós, significa criar laços, aceitar ajuda, permitir colaboração, acreditar nos outros, conviver, partilhar responsabilidades, suportar as deficiências da comunidade e celebrar com ela nossas alegrias.

4.4. Cristo, embora divino, retirava-se para o monte e lugares ermos para rezar ao Pai, e ensinava os discípulos a rezarem como crianças, confiantemente. ENCARNAR-SE, para nós, significa viver abertos ao absoluto de Deus, gostando de depender dEle, sem quem, em vão, guardamos os muros de nossa cidade. Significa renunciar a qualquer auto-suficiência em termos de salvação.

4.5. Cristo veio para servir, e não para ser servido. ENCARNAR-SE, para nós, significa não buscar o próprio bem, mas o dos outros, dar com generosidade, sem cobranças, ou, numa palavra, esquecer-se e morrer para si mesmo.

4.6. Cristo veio para libertar as pessoas de toda opressão e proclamar o ano da graça do Senhor. EN-

CARNAR-SE, para nós, significa abominar todo tipo de opressão, proclamar a graça salvadora de Deus, ser mensageiro do Reino, vivendo com os que vivem 'nas portas da cidade' (nossas periferias) e optando preferencialmente pelos desgraçados.

4.7. Cristo veio para os doentes e os pecadores, não para os sadios e perfeitos. ENCARNAR-SE, para nós, significa fazer dos pobres nossa 'cruz e glória'.

4.8. Cristo falava como quem tinha autoridade, compadeceu-se da viúva de Naim e do Povo que parecia um rebanho sem pastor. ENCARNAR-SE, para nós, significa não fazer-se notar pelo exterior, não valer pelo que se tem, mas pela paixão que nos anima, pela riqueza interior que nos alegra, que ladrão algum pode roubar nem as traças corroer. E significa, também, ter entranhas de misericórdia, multiplicar o pão para os famintos, consolar os aflitos, exercer, numa palavra, as Obras de Misericórdia.

4.9. Cristo fustigou os 'perfeitos' e os 'satisfeitos'. ENCARNAR-SE, para nós, significa não viver satisfeitos com o que temos e nem vangloriar-nos de nossos progressos espirituais. Por outro lado, significa enfrentar os malvados, os que amarraram pesos insuportáveis nas costas dos irmãos; significa defender os pequeninos, os oprimidos, os crucificados. E significa denunciar a falsa segurança dos que apenas confiam em seus celeiros abarrotados de trigo.

4.10. Cristo deu sua vida pela redenção de todos. ENCARNAR-SE, para nós, significa ser injustiçado e condenado, tomar a cruz e morrer. Morrer pelos outros, assim como suportar as injustiças e condenações pelos outros. O que importa não somos nós, mas os outros, nossos irmãos e nosso Deus.

Encarnação é, principalmente, um caminho crucificado e transfigurante; é dor humana e vitória de Deus; é história que se esvazia de desejos e se enche de fé; é destino que se perde na incapacidade de nossas forças e que se re-ganha no re-nascer das promessas do Espírito de Deus. A Encarnação comporta uma descentração de nós mesmos e uma sobrecentração, na fé, em Deus.

05. **Paixão por Deus e pelo povo.** Volto novamente ao refrão de nossa Assembléia: "Comprometidos com o Reino e Paixão Profética", e gostaria de encorpar, um pouco, a segunda parte do lema: "a paixão profética".

A nota ou o traço mais chocante da missão profética é a sua **vulcanicidade**. Sem dúvida, não é a mais importante, mas é a que mais chama a atenção. O profeta é, por definição, um 'incontido', um apaixonado, um aguilhoado pela Palavra de Deus — "Assim fala Javé!" —, um fogo que sempre encontra lenha para suas labaredas avassaladoras. Para não sermos parciais, podemos lembrar, num mesmo fôlego, seu amor pelo Povo, sua ternura, sua alma orante e a simplicidade de sua vida.

Mas devemos nos perguntar, já que estamos nos propondo uma paixão profética, qual a razão desta sua característica de violência? Por que o profeta chama a atenção por seu estilo incontido, por suas palavras candentes? Nossa resposta é: — Ele assume a causa de Deus junto ao Povo e se faz advogado do Povo junto a Deus. Como pessoa, ele é como que o campo onde, de maneira muito aguda, mais aguda do que nos demais, se entrechocam as ambíguas tendências humanas do bem e do mal, da sua fidelidade e da apostasia, do amor de Deus que quer salvar o Povo e Sua sabedoria em não interferir na liberdade do homem.

Na pessoa do profeta, encontram-se, sem barreiras, Deus e o Povo, para uma festa de intimidade e de danças, e também para uma irreconciliabilidade dolorosa, incompreensível e trágica. E o Profeta, sendo mais sensível e captando melhor a imperceptível voz de Deus, reage mais violentamente e se revolta mais escandalosamente contra a calosidade de seus concidadãos e, por outro lado, também, se prontifica mais decididamente ao sacrifício de sofrer a tensão entre o risco e a segurança, entre eticidade do espírito e os desmandos da carne.

O Profeta se faz por necessidade pessoal e carisma interior, e é feito por convocação divina, não só sócio da causa de Deus, mas também sofrido e solitário pastor dos destinos do Povo: destino este que é religioso, social, político e humano. E sofre. Sofre porque Deus o acorda para seus planos e para a tragédia que atingirá o Povo, a qual já se aproxi-

ma. Sofre porque o Povo, de cabeça dura e carne fraca, apostata, vive se desencontrando com seu destino, se maltrata e oprime os outros, principalmente os mais pobres. O pecado da apostasia então é duplo e de conseqüências irremediáveis. O Povo se afasta de Deus e rompe os laços de fraternidade consigo mesmo. É diante desta dupla apostasia, os ternos Pastores dos Tempos Messiânicos se transformam em vulcânicos e apocalípticos anunciadores do "Dia da Ira do Senhor".

No fundo desta vulcanicidade e desta paixão profética, está presente a fidelidade a uma compreensão da vida, sem a qual o profeta se tornaria um mentiroso para si mesmo. Ele, para ser ele mesmo, tem que ser fiel ao que entende que é o certo: os planos de Deus e os caminhos errados do Povo e das Autoridades. E eles, diante disso, não titubeiam: levantam a voz como enviados de Deus e desnudam os pecados, as injustiças, os sacrifícios sem misericórdia, as danças diante dos Bezerros de Ouro.

Ele mesmo rejeita o destino que tem, mas continua fiel a ele. O Profeta, assim, é um ser conflitual. Teme ser o que é, mas teme também não ser o que deve ser. E deste conflito, que compõe, dolorosamente, sua verdade, estoura, em catadupas de ameaças e promessas, sua frágil vida humana. E o profeta se torna um mártir. Assim, junto com nossa paixão profética, com a qual nos propomos comprometer-nos com o Reino, deveríamos ajuntar uma disposição martírica. Não dá para ser profeta sem a coragem dos mártires.

E aqui chegamos ao último pedaço de nossa reflexão: a transparência e o pudor.

§6. Transparência e pudor. Confesso-lhes que o tema da 'transparência' nasceu da Equipe que nos assessorou na preparação desta Assembléia. A constatação era a de que nós, Religiosos, não somos transparentes e que, por isso, nosso testemunho perde muito de sua força e autenticidade. Poderíamos retrucar dizendo que o mundo inteiro, hoje, vive mais de 'cambalachos' do que de atitudes transparentes. Constatou-se igualmente que a 'paixão profética' não é uma característica nossa evidente. E foi colocada a pergunta: — Por que nós, Religiosos, somos pouco transparentes? Por que nosso testemunho é assim tão opaco?

E nós teríamos todos os motivos para sermos apaixonados e também transparentes. Nosso Deus é um Deus apaixonado. A causa que vivemos é justa, grande, maravilhosa e merece o empenho de todo o nosso coração e vida. Permitam-me um rodapé explicativo: Não se trata, evidentemente, de uma paixão adolescente, periférica, tipo 'fogo fátuo'. Não! Mas de uma paixão que tem a intensidade trágica das coisas grandes e pelas quais vale a pena consagrar toda a vida.

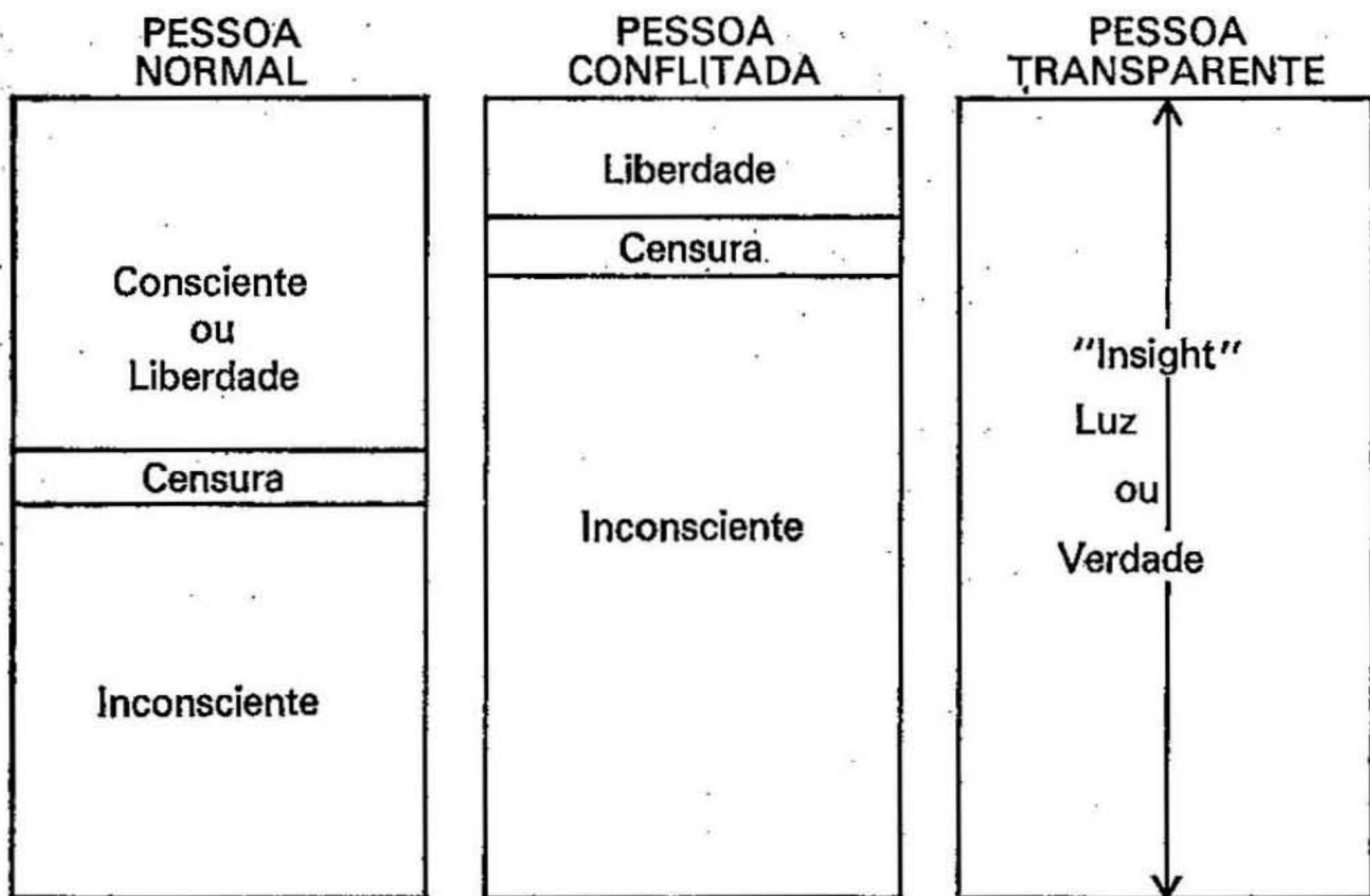
As causas para esta visível opacidade poderiam ser muitas. Vamos destacar apenas duas:

1) O enfraquecimento de nossas convicções religiosas. Na base da vida de muitos Religiosos, subjaz uma insuficiente e depauperada imagem de Deus, que os leva a um conseqüente relacionamento superficial

com Sua pessoa. (Não se trata, permitam-me novo rodapé, de falta de esforço ou até de pouca intensidade, mas sim de pouca profundidade e amplitude.) No fundo, o problema mesmo é de fé, fé em Deus, Senhor e Companheiro de jornada. Tais Religiosos, em conseqüência, experimentam pouca alegria, não são muito felizes, e temem ser transparentes.

2) Insuficiente formação humana, com visível desestruturação psíquica. Muitos Religiosos têm dificuldades e medo, principalmente, de relacionar-se. Eles teriam um Deus bonito, forte e salvador para ser pregado, mas não sabem, por medo dos outros, como passá-lo adiante. Assim, sua mensagem careceria de brilho, de luz, de colorido, de felicidade e de 'paixão profética'. Eles sentem e se ressentem do próprio peso e não se libertam de uma cruz que lhes é apenas de condenação. Este medo nasce, basicamente, da redução do campo da liberdade, que neles é muito pequeno.

Permitam-me uns desenhos para melhor compreendermos o demônio do medo que impede, em muitos Religiosos, a alegria transbordante de Deus e do Reino.



Algumas conclusões

1) Esta TRANSPARÊNCIA se faz diante dos outros e do grande Outro.

2) Ela só é possível em pessoas que tenham uma opção clara, definitiva e única.

3) Ela empenha o corpo e o espírito, e todas as nossas faculdades.

4) Ela nos joga numa grande aventura, com riscos imprevisíveis e fracassos momentâneos possíveis.

5) Ela nos afasta, sempre mais, de qualquer tipo de egoísmo, espiritual e psíquico. Mas deixamos de ser carentes psiquicamente, para nos tornarmos bem-aventurados mendigos espirituais.

Em vista deste quadro, postula-se evidentemente, uma nova Formação para a pessoa-religiosa integral, que

envolva não só sua parte espiritual, mas todo o seu ser, como pessoa, que precisa, para sobreviver e atingir uma plenitude desejável, convicções fortes e espaço garantido de liberdade para optar com personalidade. Só assim, acreditamos, ela poderá ser candidata à felicidade e esta felicidade a fará transparente em suas verdades.

Mas aqui encosta um outro valor, conhecido como 'pudor'. Não se trata de um pudor que é irmão-gêmeo de uma vergonha repressiva e inibidora, e que tem fortes componentes de medo de rejeição. Neste tipo de pudor envergonhado haveria um sentimento de inadequação, com medo de desaprovação. Não! O que estamos encarecendo é um outro tipo de pudor, o pudor espiritual, que tem, como se diz, popularmente, 'vergonha na cara' e que preserva a pes-

soa de se deixar amesquinhar na vulgaridade e no contentamento de pequenas satisfações. Este pudor é irmão-gêmeo da modéstia, é sensível e autêntico, não rouba da pessoa sua dignidade e, mesmo, a confissão de suas insuficiências. Ele ajuda a pessoa a pensar e ela se reconhece assim como é, sem alardear vantagens e sem, também, correr riscos invencíveis e despersonalizantes. Tal pudor espiritual resguarda o santuário da privacidade da pessoa, unifica, solidifica e personaliza a pessoa e suas opções. Tal pudor é uma força defensora e preservadora da pureza e nome do amor da pessoa. Atua, também, como antídoto contra a intemperança normal dos desejos e das tentações desagregadoras do eu. Assim entendido, o pudor é uma virtude espiritual, necessário componente de uma personalidade bem estruturada e madura.

Assim como há um sofrido crescimento em direção da transparência, assim também, *pari passu*, há uma grande luta em se crescer no pudor e em defendê-lo. A pessoa é um ser semi-descoberto, ou semi-velado.

Quando a Bíblia refere que nossos pais sentiram vergonha por se acharem nus, ela estava já se referindo ao difícil caminho de não se expor o que deve ficar encoberto. Isto não diz respeito apenas à sexualidade, mas a todo o nosso ser que abomina se sentir indevidamente devassado e indefesamente violado.

Se a transparência nos abre para o mundo e para as pessoas, o pudor nos fecha para a consagração e a dívida de nós mesmos, preservando-nos da vulgaridade e confirmando-nos na dignidade de nosso mistério. Com isso, evita-se a desagregação de nossas afirmações mais caras e de nossa consagração e pertença mais identificantes.

Somos, numa palavra, ou devemos ser, transparentes na alegria das opções assumidas, e pundonorosos na guarda de nossa fidelidade ao amor escolhido. Só assim é possível amar o Evangelho, comprometer-se com o Reino e arriscar-se a uma encarnação, com paixão profética. A isto dá Jesus o nome de 'bem-aventurança'. Ao oposto, chama-se de tragédia e desgraça. □

Só crê quem ama

Perante o túmulo, Maria Madalena procura. Pedro vê panos (Jo 20, 6). João viu e creu (Jo 20, 8). Perante a pesca milagrosa, Pedro fica atônito. João reconhece: É o Mestre. É o Senhor (Jo 21, 7). Reações tímidas, assustadas, perplexas e de certeza, também. Nossa vida está exigindo uma nova mistagogia: conduzir-se e deixar-se conduzir pela experiência inefável da presença salvadora de Deus. Só esta experiência, esta confiante intimidade com Ele é capaz de confirmar e corroborar a capacidade para irmos aonde Ele quiser. (Pe. Marcos de Lima, SDB).

O SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO

A espiritualidade passionista é centrada em Cristo, Amor Crucificado. Deve-se contemplar com afeto e gratidão o amor com que Deus amou tanto a pessoa humana, que deu seu Filho Unigênito.

Padres Passionistas

Pe. Pedro Lain, Pe. Fernando D. Costa,
Pe. Augusto J. Canali, Pe. Afonso Fiorese, Pe. Mauro Odoríssio

1. O SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO

1.1 Introdução

O Seguimento de Jesus Cristo, na Sagrada Escritura, se caracteriza pelo “estar” com Ele, “ser” e “fazer” como Ele.

“O Senhor Jesus, que existindo na forma de Deus, não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens e sendo reconhecido por condição como homem...” (Filp 2,5-7), acatando a vontade do Pai (Jo 4,30), durante a sua vida terrena, pregou o Reino, cumprindo o que dele predissera o Profeta (Lc 4,18-19).

Congregou discípulos e exigiu deles condições mínimas para que o seguissem: amá-lo com amor livre e

desembaraçado (Lc 14-26), abraçar diariamente a cruz e segui-lo (Lc 14,27), liberdade e desapego em relação aos bens terrenos para uma efetiva procura e construção do Reino (Lc 12,22-34).

Estas e, certamente, ainda outras exigências constituem um programa de vida e ação.

1.2 Constatações bíblicas

A) “ESTAR” com Jesus

“Segui-me — disse Ele aos que seriam mais íntimos — e eu vos farei pescadores de homens” (Mt 4,19).

O Mestre tinha consciência de que nem todos os que o seguiam, o faziam com sentimentos mais nobres e elevados (Jo 6,26). Tanto que, na proporção em que mais se revelava

e mais exigia, muitos se escandalizavam (Jo 6,61) e começavam as primeiras defecções.

Uma vez que a seqüela como discípulo implica doação integral, questionou os Doze que ficaram se também não queriam retirar-se (Jo 6 68). Jesus deixava claro que o "estar com Ele" implicava passos sucessivos na vida do discípulo. Tanto que, à confissão generosa e espontânea de Pedro, mostrou que, para segui-lo, não bastava apenas ocupar um lugar que lhe fosse apenas vizinho, pois um dos que estava com Ele era um demônio (Jo 6,68-72).

Seguir Jesus implica interrogar convictamente como fizera Pedro: "Senhor, para quem iremos nós? Só Tu tens palavra de vida eterna" (Jo 6,69).

B) "SER" como Jesus

Jesus se apresenta profundamente identificado e comprometido com o Pai e seu projeto de recuperação do homem que perdera a sua dignidade. Os que estavam com Jesus deveriam também "SER" como Ele.

— Aos que estavam com Ele, o Senhor dedicou tempo de sua vida, de seus ensinamentos e até partilhou os momentos mais íntimos de oração, para que, cada vez mais, fossem como Ele (Lc 9, 10; 22,39-40). Chegou a exultar porque o pequeno e humilde grupo de seus seguidores recebeu revelações ocultas, que aos grandes não fora dado tê-las. Tudo o que lhe fora entregue pelo Pai, Ele comunicou aos discípulos (Lc 10, 21-24).

— Para a consecução da desejada identidade, o Mestre recomendou aos discípulos que a Ele permanecessem unidos a fim de que, como sarmentos, recebessem da cepa a linfa vital (Jo 15,5-9). Os discípulos alimentados pela mesma seiva divina seriam amalgamados pelo amor tão intensamente vivido e tão insistentemente pregado pelo Mestre (Jo 13, 34-35).

— Em vista da comunhão definitiva na parusia, "quando Deus será tudo em todos" (I Cor 15,28), o Senhor, no último dia de convívio com os seus, rezou de modo especial ao Pai por eles: que fossem desde já santificados, como Ele se santificara (Jo 17,6-19). O Ser como Jesus se torna fruto da íntima união com Ele, o qual também está unido ao Pai: "para que sejam todos um, como Tu, Pai, o és em mim e eu em Ti, para que também eles sejam UM em nós, a fim de que o mundo creia que Tu me enviaste. Eu dei-lhes a glória que Tu me deste, para que sejam UM, como também nós somos UM. Eu estou neles e Tu em mim, para que sejam consumados na unidade" (Jo 17,21-25).

C) "FAZER" como Jesus

Jesus realiza o Projeto do Pai em favor do homem através de atitudes, gestos e sinais concretos. "SER" como Jesus implica em "fazer" o que e como Ele fez.

— O Mestre, que durante sua vida terrena enviara os seus para anunciarem a Boa Nova do Reino por todas as "cidades e lugares" (Mt

9,35-36a), mostrou qual seria sua missão (Lc 4,18-19).

O Discípulo faz o caminho de Jesus que não é o da auto-afirmação arrogante do saber e do poder do homem (Lc 11, 37-54), nem o do ódio ou da violência (Mt 26,51-55), mas da doação desinteressada (Jo 12,23-28a.; 13, 1-17; Mc 10,41-45; Jo 10, 10) e sacrificada (Mt 5,1-12; Jo 13, 1s), do amor de Servo de Javé (Is 53). Seu poder é o amor que abraça a todos (Jo 13,34-35). Amor que privilegia os pequenos, os fracos e os pobres (Mt 8,1-15; 9,1-8; 9,18-34; 18,5ss; 25,31-45).

Seus seguidores deverão fazer o mesmo.

— No período da “ausência” de Jesus, assistidos pelo Espírito Santo, os discípulos fariam as mesmas obras de Jesus e as fariam até maiores (Jo 14,12). Não se trata de repetir os portentos operados pelo Mestre, mas como Ele e até mais que Ele, difundir, a todos os quadrantes da terra, como mediadores, a Palavra de Deus que liberta (Jo 17,17; 8,32), levando os homens de todos os tempos à Salvação.

1.3 Conclusão

Portanto, o “estar” com Jesus, o “ser” e o “fazer” como Ele implicam, para a Vida Religiosa, em fazer a experiência do **MARTÍRIO**.

O “Fazei isto em Memória de mim” (I Cor II,23-25) é oferecer a vida, o sangue pela Causa do Reino. O “**MARTÍRIO**” define melhor a consagração na Vida Religiosa como radicalidade evangélica.

2. O SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO NA EXPERIÊNCIA DO FUNDADOR

2.1 Introdução

Vimos na primeira parte algumas referências do **TEXTO** da Escritura que fundamentam o Seguimento de Jesus Cristo na intuição básica da Vida Religiosa. Contudo, para nos apercebermos como essa intuição básica se concretizou, ampla e globalmente, no Carisma Original de São Paulo da Cruz, é necessário olharmos, rapidamente, o **PRETEXTO** (= realidade sócio-econômico-política e religiosa de seu tempo) e o **CONTEXTO** (= a experiência da espiritualidade específica fundante da Congregação, ou seja, os fundamentos da Comunidade Religiosa em São Paulo da Cruz).

2.2 Pretexto: realidade onde viveu o fundador

A) Localização geográfica

Paulo da Cruz nasceu no Piemonte, ao norte da Itália, e ali passou os primeiros 28 anos de sua vida, até 1722.

Porém, onde mais trabalhou foi no centro da Itália. Ele e seu irmão João Batista viveram algum tempo como eremitas na diocese de Gaeta (mais ou menos 100 km. ao sul de Roma) e de Tróia-Foggia (Sul da Itália). Ali provaram as regras da congregação que iriam fundar.

Logo, tendo conseguido, em Roma benfeitores influentes que ajudaram na aprovação das Regras, no outono

de 1728, estabeleceram-se no Monte Argentário (ao norte de Roma) onde fundaram o primeiro convento.

Durante os 45 anos seguintes, São Paulo da Cruz dedicou-se com o maior empenho à sua vocação de fundador e apóstolo. A maior parte das numerosas Missões e exercícios espirituais aconteceram nos Estados Pontifícios, sobretudo na Toscana, nos arredores do Monte Argentário.

B) A Toscana e seus Habitantes

1 — **Característica Geo-física.** A “marisma toscana” (= Marema = campo baixo e pantanoso situado à beira mar) abarca uma superfície aproximada de 5.000 km² e tinha uns 33.000 habitantes repartidos em 3 dioceses: Savona com 15.600 habitantes, Massa Marítima com 6.300 habitantes e Grosseto com 8.500. Era uma zona dura e agrícola. De pouca fertilidade por causa dos pântanos. Clima duro e quente.

2 — **Situação econômica.** O século XVIII se caracteriza por ser o período mais baixo no índice da economia da região. Dentre os motivos, se destacam: extensas áreas impróprias para cultivo; arrendamentos elevados demais; falta de livre comércio com os produtos do campo; impostos elevados; péssimas colheitas; catástrofes naturais; devastações militares (guerra espanhola e polonesa).

3 — **Situação social.** População analfabeta vivendo em pequenos povoados. Alheios à política. Só havia um mestre nos povoados maiores. Os alunos normalmente eram cléricos ou

filhos das famílias mais abastadas. A comunicação era difícil devido às más condições de caminhos e conduções.

Como o clima das planícies era quente e insano havia muita falta de higiene e deficiente alimentação. Por isso, eram frequentes as epidemias de tifo, tuberculose e, sobretudo, malária. A idade média de vida não superava os 19 anos.

Em pior situação se encontravam os ‘forestieri’ (= gente de fora da região ou estrangeiros que vinham ali para trabalhar). Levados pela necessidade e porque ali se pagam diárias mais altas, muitos vinham mesmo sabendo que regressariam com o vírus mortal ou morreriam no trabalho. Viviam, por necessidade, no mesmo lugar de trabalho, fora dos povoados, em uma espécie de acampamento ou colônia. A maior parte em “choças” com um saco de palha ou coisa semelhante para dormir. Não dispunham de médico e a malária os dizimava em idades que oscilavam entre 20 e 35 anos.

4 — **Situação religiosa do povo.** A transmissão da fé só podia ser oral porque 95% do povo eram analfabeto. Em função disso, dois caminhos: a pregação na missa e o catecismo para as crianças às tardes dos domingos e dias festivos.

Mas, muitos párocos omitiam a pregação ou se limitavam a ler um livro piedoso. Além disso, nos domingos e festas, não poucas crianças estavam ocupadas com o pastoreio ou outros trabalhos. Daí, compreender-se-á facilmente que o nível cultural religioso era muito deficiente e fraco.

Apesar de tudo, o povo assistia aos cultos, às procissões e a qualquer celebração religiosa. Organizava novena, tríduos, rosários, etc. e a maioria estava inscrita em alguma confraria. Havia inúmeras festas que acabavam se tornando um problema: quando não havia trabalho, o povo não sabia o que fazer e, assim, os homens passavam o tempo na taverna, bebendo e jogando.

Em relação aos sacramentos: os homens costumavam confessar-se e comungar em tempo de Páscoa (uma vez no ano). Muito arraigada era a veneração ao SS. Sacramento. Junto ao tabernáculo sempre havia um quadro do Cristo Sofredor (paciente).

A devoção ao Cristo Sofredor se expressava de diversas maneiras:

— “Sextas-feiras sagradas” (as de Março, pois se pensava que Jesus fora Crucificado em uma delas). Nesses dias se meditava a Paixão.

— Procissões Penitenciais nas quais se carregavam cruces pesadas, coroas de espinhos, correntes ou cordas no pescoço. Era para recordar a Flagelação do Senhor.

— Via Sacra, muito popular, era para meditar a Paixão e, em geral, se usavam os mesmos instrumentos citados logo acima.

Havia inúmeras confrarias ou irmandades que reuniam os “irmãos” na Igreja ou no próprio oratório para o culto ou para rezar em comum. Muitas se dedicavam a obras de misericórdia: encarcerados, enfermos, pobres, enterros, enfim, assistência aos necessitados.

5 — **Situação do Clero.** O clero, como a nobreza, gozava de inúmeros privilégios. Por isso, entravam nele não só os que tinham verdadeira vocação, mas também aqueles que consideravam o serviço religioso como uma autêntica carreira e especulavam com prebendas (emprego lucrativo e pouco trabalho) e benefícios eclesiásticos. Por essa razão, se recusavam a servir nesses lugares mais difíceis. Muitas vezes, não colaboravam na tarefa paroquial porque não eram obrigados (os benefícios facultavam-lhes isso). Era frequente não saberem pregar nem confessar, inclusive lhes faltava delegação para administrarem sacramentos.

Pela insalubridade do clima, os bispos se ausentavam durante os 4 a 6 meses de calor. Este abandono de sua diocese os distanciava do clero e do povo.

O clero religioso era menos abundante (mais ou menos 1 para cada 3 diocesanos). Tinha melhor formação e era quem ajudava os párocos.

2.3 Contexto: fundamentos da Vida Religiosa em São Paulo da Cruz

Motivado pelo impulso da sua fé (1ª parte) captada na força da realidade (2ª parte), São Paulo da Cruz manifestou, através de sua obra, regras e escritos, qual preocupação tinha e buscou que a tivessem os seus seguidores.

Basicamente, podemos resumir a sua inspiração original em dois pontos:

a) Buscar uma profunda experiência de Deus, através da medita-

ção e contemplação do "Amor Crucificado".

b) Experiência e conhecimento profundo deste Amor Crucificado para melhor servir a Deus, à Igreja e à humanidade.

Esse corpo que é a Congregação tem seu sangue nos dois pólos acendados acima. Analisaremos, agora primeiramente, cinco elementos fundamentais que sustentam esse corpo e caracterizam a Espiritualidade Passionista. Em seguida, trataremos dos MEIOS que, para Paulo da Cruz, alimentam esse corpo.

A) Fundamentos da Espiritualidade

— A Espiritualidade Passionista é centrada em Cristo, "**AMOR CRUCIFICADO**". S. Paulo da Cruz ensina que se deve contemplar com afeto e gratidão o amor com que Deus amou tanto a pessoa humana, que deu seu Filho Unigênito.

O ponto forte na Congregação está na contemplação e no amor do Verbo Encarnado (Filp 2,6-11). É o fato de importância fundamental para compreender que a Espiritualidade passionista está centrada no Cristo Crucificado: Cristo que ama e que leva à vida.

— É uma Espiritualidade que dá grande importância à "**PRESENÇA DE DEUS**", um Deus de amor e misericórdia revelado na humanidade sofredora de Cristo Crucificado. O Fundador recomendava aos formadores e aos religiosos em geral: "caminhar na Presença de Deus", fazendo Memória da Paixão de Cristo, tomando consciência do amor de Deus.

Daí a necessidade da solidão para buscar ou estar em colóquio com o Deus Vivo. Ensinava a adorar a presença divina nos justos que se encontrem, na natureza que se admira e nas coisas que se usam. Buscar descobrir em tudo a Presença do **Deus Amor**.

3 — É uma Espiritualidade de **UNIÃO MÍSTICA**. A importância ascética da vida passionista, o método de oração, o modo de guiar os religiosos à pobreza radical, à entrega de amor ao Cristo Crucificado... tudo é ordenado para facilitar a união mística com Deus. Tudo passando "pela porta deificante que é o Cristo Crucificado, fazendo próprias as suas penas" (Let. III, 156).

Ensina que para se entender o Crucificado e a Bíblia, se exige este "**conhecimento interior**", que não vem pelo estudo ou pela vontade, mas pelo amor gratuito de Deus de quem se dispõe a estar com Ele amando.

A experiência pessoal da Paixão é que leva a uma **pregação** mais eficaz. Cristo teve uma pregação eficaz porque estava unido ao Pai. Os apóstolos estavam unidos misticamente a Cristo. Os **passionistas** necessitam do recolhimento interior contínuo, para fazer uma verdadeira vida apostólica. Porque abismados na caridade de Deus na contínua oração e contemplação é que farão uma verdadeira ação em favor dos homens.

4 — É uma Espiritualidade de **PEREGRINAÇÃO** radicada naquela "**VIDA APOSTÓLICA**", que é a ascese da estrada.

"Os Passionistas, mandados por Jesus, vão pelas estradas do mundo

contentes, apenas com o bastão, uma túnica, descalços, sem dinheiro, confiados totalmente naquele que os manda e que vão anunciando. São ricos apenas de Deus, de seu poder Divino e de paz de Cristo, comunicada a quem está disposto a acolhê-la. Esta **itinerância apostólica** exige o **desapego dos lugares** onde tudo está trabalhado e há 'ambiente acolhedor e segurança'. Exige sair-se da solidão para arriscar no desconhecido" (P. F. Giorgini, in: "Storia dei Passionisti", Vol. I, pg. 274).

Esta espiritualidade da peregrinação é indicada também pelo desejo dos primeiros tempos, de não possuir sequer casa, de modo que tudo fosse provisório, para estarem prontos para mudar de lugar. Deveriam nesta itinerância — peregrinação procurar os lugares mais **pobres** (a marema: lugares paludes das praias italianas), os lugares solitários, em oposição aos lugares cômodos que convidam a fixações e sistematizações.

O Bem dos Mais Pobres indica o caminho da Peregrinação da Congregação.

5 — É uma Espiritualidade de **Comunhão Fraternal**. Por isso, Paulo reúne companheiros para viverem em comunidade para, como os Apóstolos, ficarem junto a Cristo Crucificado, presente no meio deles na Eucaristia, Memorial da Paixão e da Ressurreição, amando-se como Cristo ama a cada um deles.

A Eficácia da **Memória da Paixão** se mostra no viver reconciliados no amor, superando os limites humanos

da convivência, realizando-se como pessoas pacificadas.

Por isso, antes de receber o viático, São Paulo da Cruz deixa, como testamento para os seus, o Mandamento do Amor (Jo 17).

B) Meios Que Sustentam a Espiritualidade

1 — **O Voto de Promover o Culto e a Memória da Paixão.** Não se trata apenas de "exercícios de piedade", mas de uma atitude cristã. Promover a devoção vem ligado a ensinar a meditar a Paixão. Procura ter presente os dons de Deus na Paixão de Jesus o que resulta em experiência temporal pessoal das atitudes interiores de Jesus. O "verdadeiro devoto da Paixão é aquele que aspira a ser um verdadeiro imitador de Jesus Cristo" (Let. II, 224).

O conteúdo do voto: — não é um voto de exercícios de devoção, mas um empenho preciso no apostolado para realizar o carisma da Congregação. O voto não é constituído de atitudes interiores ou devoções nos conventos. Pede o agir com o povo. Leva à meditação com o povo, pedindo pelo menos alguns minutos diários para todas as classes de pessoas. Significa, portanto, atitudes e ações apostólicas que envolvem todos os membros da Congregação.

2 — **Solidão, Silêncio e Clausura.** O aspecto material da solidão constituía-se em construir as casas a duas ou três milhas dos povoados. Nessas casas são "casas de retiro", como "se retirava" Jesus para rezar. Eram locais de reforço para renovar

as riquezas interiores necessárias para a **"MISSÃO"**. A finalidade da solidão, do silêncio e da clausura é apostólica. Buscava-se o silêncio e a paz para melhor se preparar para o apostolado.

3 — **A Oração Mental.** "Um dos principais fins desta mínima Congregação consiste não somente em ser assíduos na oração, mas buscar a união com Deus e também encaminhar o próximo, ensinando-o no modo mais fácil neste angélico exercício" (Reg. et const. 2/I-III/34-41. S.P.C., Guida, n. 21).

São Paulo da Cruz exigia pelo menos três horas por dia de oração mental, às quais se acrescentava mais meia hora para quem acompanhava a última missa. Havia ainda 15 minutos de adoração após vésperas, completas ou recreação da noite. Enfim, todo esse tempo de oração para melhor conhecer a Deus e, conhecendo-o, amá-lo mais e anunciá-lo melhor.

4 — **A Pobreza.** A pobreza apostólica é centrada na Memória da Paixão. O ideal é viver como os apóstolos. Uma comunidade onde ninguém considerará como própria qualquer coisa.

A Pobreza evangélica, às vezes, é entendida como sair sem nada e pregar o Evangelho como "itinerante". O fundador medita mais a vida comum dos primeiros cristãos, conforme At 4,33. Assim, a pobreza passa a estar ligada à pregação. É uma condição para tornar frutuosa a pregação.

Nesta compreensão da pobreza o indivíduo e a comunidade vivem sem

propriedades, bens estáveis ou rendas fixas. Porque o indivíduo e a comunidade se fiam totalmente em Deus, patrão da messe, que prometeu cuidar de seus "operários", "o qual por nós se dignou nascer pobre, viver na pobreza e morrer numa cruz" (Reg. et Const. 54/III/1-11).

Isso não diz apenas pobreza material mas também a abjeção que a acompanha no conceito social e na sabedoria mundana. Assim, pobreza diz penitência e humildade. Entrar na Congregação significa mudar de mentalidade e de lugar social.

Ao entrar na Congregação deve-se estar disponível para manifestar o Senhorio de Cristo, imitando-lhe as atitudes interiores, aceitando, com forte resolução "de sofrer muito, ser desprezado e enganado, sofrer calúnias e outras coisas por amor de Cristo".

A fidelidade à pobreza apostólica é garantia do futuro da Congregação.

5 — **A Penitência.** O espírito e a prática da pobreza são concretização eminente do espírito e prática da penitência própria da Congregação.

A observância da regra e dos exercícios próprios da Congregação criavam um estilo de vida e uma tradição penitencial.

Os exercícios de penitência e jejuns eram para melhor prepararem os religiosos para viverem a própria vida religiosa e melhor servirem no apostolado.

O Fundador entendia que a vida penitente faz parte da vida apostólica. "... se não carregar as cha-

gas de Cristo Crucificado na própria carne e se não se fizer experiência diariamente de seu morrer, não se vive no namoro com o "Amor Crucificado". Nem se intercede, como a vocação exige, pela conversão do próximo. As ações de penitência são dons de Deus para fazer progredir a pessoa na conformidade com seu Filho" (Cf. P. F. Giorgini, in "Storia dei Passionisti", pg. 378).

3. SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO NA AMÉRICA LATINA

3.1 Introdução

Até aqui, tentamos, sinteticamente, descobrir, à Luz da Palavra de Deus (1ª parte), quais foram os elementos básicos característicos de Paulo da Cruz (2ª parte). Conhecer esses fundamentos é condição "sine qua non" para a fidelidade na concretização do Carisma Congregacional, no aqui e agora de nossa história.

Tornar realidade hoje a intuição do Fundador, supõe igualmente sensibilidade e fidelidade à nossa realidade concreta. Nossa resposta pretende ser viável e eficaz. Para isso devemos conhecer um pouco melhor os clamores que brotam do chão latino-americano: essa enorme "marema" que desafia a nossa opção evangélica.

É o que tentaremos fazer nesta 3.ª parte.

3.2 Constatação

Com a Igreja, olhamos para a realidade e tomamos consciência de algumas coisas importantes:

1.º) Existe uma situação de pobreza desumana e generalizada presente no Continente Latino-Americano (PU. 29).

2.º) Esta situação de pobreza (no sentido social, político, econômico e cultural) não é uma etapa casual mas sim produto de determinadas situações e estruturas que favorecem o surgimento de "ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres" (PU. 30).

3.º) O desrespeito aos direitos humanos fundamentais (= vida, saúde, educação, moradia, trabalho...) traduz permanente situação de violação à dignidade da pessoa humana (PU. 41).

4.º) A falta de respeito à dignidade humana se exprime também pela ausência de possibilidade de participação das pessoas nos vários níveis de organização da sociedade (PU. 44).

5.º) A inversão de valores empregada pela violência institucionalizada atenta contra a pessoa humana e provoca angústia e desespero em nossos povos (PU. 54-58).

6.º) A Vida Religiosa na América Latina vem se associando, de modo concreto e eficaz, ao esforço de libertação (PU. 726-738).

7.º) Toda esta situação da América Latina e do Terceiro Mundo é a que mais se aproxima da Espiritualidade Passiológica porque, no sofrimento e na dor, na opressão e na perseguição, estes povos se identificam com Jesus na sua Paixão e Cruz (LG. 8).

3.3 Apelos

Essa realidade nos provoca. E, então, nos perguntamos: Quais são os principais APELOS que justificam o **dever-ser-e-fazer** do nosso Seguimento de Jesus Crucificado nesta realidade Latino-Americana?

Nosso testemunho e anúncio do Evangelho deverá sublinhar, especialmente, aquilo que mais responde às inquietações e necessidades do povo de nosso Continente:

a) Deus pessoal que nos ama como Pai, o qual, no mistério da Paixão de Jesus, continua a estender a salvação-libertação a todos.

a) Amor de irmãos que, através da Paixão do Senhor, supera os relacionamentos egoístas e relações de posse, dominação e exploração do homem pelo homem.

c) Espírito de pobreza (= disponibilidade para acolher a Deus e ao próximo, estilo de vida sóbria e honesta, liberdade existencial frente às riquezas) que dá domínio sobre os bens temporais face à tendência para absolutizá-los e ser por eles escravizados.

3.4 Compromissos

Qual TIPO de resposta podemos e devemos dar hoje, como Passionistas, ante os APELOS de Deus na realidade Latino-Americana?

1.º) Comunicar nossa experiência de Deus, partilhá-la comunitariamente e contribuir para que todos os homens encontrem o Pai por meio de uma fé madura.

Com isso, se reconhece a autonomia de Deus na história da humanidade e do mundo.

2.º) Avaliar e subordinar toda a realidade criada, em função da experiência religiosa e cristã, a serviço de Deus e dos homens.

Com isso, se supera a inversão de valores presente na sociedade que privilegia "coisas" em detrimento do ser humano.

3.º) Através da oração litúrgica de louvor e petição, ser a voz dos sem voz ante o Senhor.

Com isso, alimenta-se a motivação fundamental que nos coloca a serviço.

4.º) Anunciar, com nossa vida em fraternidade, que se pode amar superando o egoísmo.

Com isso, o apostolado lança as bases para a transformação da realidade.

5.º) Partilhar o amor com todos os irmãos, evitando a marginalização nos relacionamentos (Cf. Gal 3,28).

Com isso, a castidade estará a serviço da fraternidade.

6.º) Tornar-nos livres para servir a todos e ter a possibilidade de denunciar as estruturas de poder que manipulam o homem.

Com isso, a obediência nos coloca a serviço da construção do Reino de Deus.

7.º) Solidarizar-nos com o empobrecido e marginalizado, procurando pensar com suas categorias e che-

(Continua na 3ª capa ao lado)



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de abril de 1987

"Bem-aventurados os pobres... os que choram... os mansos... os que têm fome e sede... os puros... os misericordiosos... os pacíficos... os perseguidos..." (Mt 5, 1-11).

Uma sonsagem para apurar a veracidade ou a falsidade de afirmações tão peremptórias inferirá, com facilidade, que, **do ponto-de-vista puramente racional**, elas passam, em cenário ambíguo, ao largo da teoria e da prática. Denotam o que há de mais antagônico, de mais oposto, incompatível e irreconciliável. As Bem-aventuranças, à luz da razão, são inverdades sorradeiras e absurdos insanáveis. Ninguém pode, com suficiente convicção, aceitar para vivenciar o que elas receitam como matriz de estabelecida felicidade. Seria a ilusão imaginando modificar, no grito e no golpe, a natureza.

A razão humana, todavia, sozinha, é inepta para lançar luz exhaustiva sobre o espetáculo da realidade que rompe suas barreiras e ultrapassa as aparências e o domínio da contingência. Deus, que fez a razão humana, assim, relativizada, dá-lhe, outrossim, como dom de Sua bondade, potencialidades sem fim, pelo Seu poder. É a **FÉ** que avaliza e afiança a consistência desta passagem de nível suprimindo a precariedade original da razão no exercício de deslindar regiões, por si, invioláveis. **Se a FÉ transcende a razão, é, entretanto, credenciada por ela.** O céu passa. E a terra, também. No entanto, nem um pinga no i deixará de se cumprir em plenitude (Mt 5, 18). Outra perspectiva existe, portanto, **a perspectiva da Fé**, na qual as Bem-aventuranças se iluminam por dentro revelando sua completa vertebração sustentadora.

A FÉ, aqui, se entende, como CERTEZA. Não é **opinião** que admite prova em contrário. Não é **dúvida** demandando informação ulterior. Não é **tese** a ser provada. Não é ciência, conhecimento, gnose. É certeza pura, inabalável e inconcussa. Inexplicável, aliás. Senão, FÉ não seria. **Certeza inabalável, inconcussa e inexplicável de que DEUS realiza TUDO** o que anunciou por Jesus e continua anunciando por seu Espírito. Deste ângulo, as Bem-aventuranças são fidedignas e compatíveis com a teimosa utopia de felicidade para um tempo futuro.

O elemento constitutivo de cada Bem-aventurança, o que faz feliz aquele que a realiza, é o aprendizado, por larga experiência, de **contar UNICAMENTE com Deus**. Não é por outra razão que a Bem-aventurança-protótipo, pré-requisito e condicionante de todas as demais, é a dos pobres, pois **a raiz das coisas é também a sua origem**. A riqueza, em qualquer de suas formas visíveis, — ter, saber, poder, prazer —, **anestesia** a capacidade da FÉ de reconhecer que Deus TUDO pode realizar; **esteriliza** a vitalidade intrínseca conatural à Fé e, sobretudo, **impossibilita** contar UNICAMENTE com Deus. A esterilidade se liga à abundância que, segura de si, dispensa Deus. Ricos ou pobres mas se, no subsolo, desligados de Deus, não somos felizes. Só Deus, UNICAMENTE Ele, convence e sacia, de forma inconsútil, as aspirações humanas mais radicais.

Ninguém explica, entende e vive este modo de ser cristão, a Vida Religiosa, sem a FÉ, pois a Vida Religiosa envolve mistérios. Mas, à luz da FÉ, ela não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Com Deus o impossível acontece. Só a FÉ inspira abraçar os paradoxos das Bem-Aventuranças; as aporias do Reino; as propostas da Cruz e as exigências dos Votos. Uma característica de quem tem FÉ é a coerência inflexível com aquilo que se crê, manifestando paz na consciência do mistério e serena convivência com ele.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB